

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. JANEIRO 2021

**PLANO DE ENGAJAMENTO ENTRE
AS PARTES INTERESSADAS -
VERSÃO PRELIMINAR**

**PROGRAMA DE REDUÇÃO DE RISCOS DE INUNDAÇÕES E
MELHORIAS URBANAS NA BACIA DO RIBEIRÃO ISIDORO**

© PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

<http://www.prefeitura.pbh.gov.br>

Telefone: 55. 31 3277-5010

Órgãos envolvidos:

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

Secretaria Municipal de Política Urbana

Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

Superintendência de Desenvolvimento da Capital

Maria Fernandes Caldas

Secretária Municipal de Política Urbana (SMPU)

Josué Costa Valadão

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOBI)

Claudius Vinicius Leite Pereira

Diretor Presidente Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL)

Henrique Castilho Marques de Sousa

Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP)

ÍNDICE

ÍNDICE	3
ÍNDICE DE FIGURAS	4
ÍNDICE DE TABELAS	5
EQUIPE TÉCNICA	6
A. INTRODUÇÃO	7
B. OBJETIVO	9
B.1. OBJETIVO GERAL	9
B.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
C. O PROGRAMA E SEUS COMPONENTES	10
C.1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL	10
C.2. ESTRUTURA DO PROGRAMA	10
C.3. COMPONENTES, SUBCOMPONENTES E PRODUTOS	11
D. PLANO DE ENGAJAMENTO ENTRE AS PARTES INTERESSADAS	21
1. ATIVIDADES ANTERIORES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	22
2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS	35
3. PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	38
4. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	49
5. MECANISMOS DE QUEIXA	51
6. RECURSOS E RESPONSABILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES	53
7. MONITORAMENTO E PREPARAÇÃO DE RELATÓRIOS	54

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: MAPEAMENTO QUINTAIS PRODUTIVOS VITÓRIA E ESPERANÇA (VERMELHO) E LOCALIZAÇÃO (VERDE) DAS HORTAS COLETIVAS DAS OCUPAÇÕES VITÓRIA (1), ESPERANÇA (2) E ROSA LEÃO (3) (FONTE: SMASAC, 2020).....	31
FIGURA 2: PANFLETO DIVULGAÇÃO TRANSPORTE CENTRO DE SAÚDE (FONTE: ASCOM PBH)	32
FIGURA 3: LANÇAMENTO DE MATERIAL FRISADO EM VIA, OCUPAÇÃO ROSA LEÃO (FONTE: CREURB, 2020)	33
FIGURA 4: IMPLANTAÇÃO DE CONTENÇÃO TIPO GABIÃO, OCUPAÇÃO ROSA LEÃO (FONTE: CREURB, 2020)	33

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO, POR ÓRGÃO EM ORDEM ALFABÉTICA.....	6
TABELA 2: NÚMERO DE VOLUNTÁRIOS ATUANTES NAS NACs ENLOBADAS PELO PROGRAMA	25
TABELA 3: NECESSIDADES DAS PARTES INTERESSADAS DO PROGRAMA	37
TABELA 4: QUADRO SÍNTESE DAS AÇÕES DE ENGAJAMENTO PREVISTAS PARA O COMPONENTE 1	43
TABELA 5: QUADRO SÍNTESE DAS AÇÕES DE ENGAJAMENTO PREVISTAS PARA O COMPONENTE 2	47
TABELA 6: QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE INVESTIMENTOS DO PROGRAMA COM DESTAQUE PARA OS RECURSOS A SEREM INVESTIDOS EM REASSENTAMENTO E TRABALHO SOCIAL	53

EQUIPE TÉCNICA

Tabela 1: Equipe técnica responsável pela elaboração do documento, por Órgão em ordem alfabética

ÓRGÃO	PROFISSIONAL
SMOBI-DGAU	Ana Paula Fernandes
SMOBI-DGAU	Ricardo Aroeira
SMOBI-DGAU	Úrsula Kelly Caputo
SMOBI	Leandro Cesar Pereira
SMOBI	Letícia Pinheiro Rizério Carmo
SMPU	Camila Bastos
SMPU	Izabel Dias de Oliveira Melo
SMPU	Laura Rennó Tenenwurcel
SMPU-SUPLAN	Cristiano Uzeda Teixeira
SMPU-SUPLAN	Daniela de Oliveira Faria
SMPU-SUPLAN	Gabriel Vaz de Melo
SMPU-SUPLAN	Lucia Karine de Almeida
SMPU-SUPLAN	Mateus Braga Silva Dos Santos
SMPU-SUPLAN	Rafael Lemieszek Pinheiro
SUDECAP	Álvaro Augusto Guimarães Oliveira
SUDECAP	Ana Lucia Maia
SUDECAP	Bruna Barros Bittencourt
SUDECAP	Cyntia Amaral Romano
SUDECAP	Flávio Henrique da Silva Franco
SUDECAP	Gilber Alves Bernardo
SUDECAP	Ítalo Gustavo Martins Ribeiro Dutra
SUDECAP	Leandro Cupertino Correia
SUDECAP	Marcelo Alves Mourão
SUDECAP	Marcos Ferreira de Souza
SUDECAP	Maria Geralda de Castro Bahia
SUDECAP	Mariana Goncalves Alves
SUDECAP	Mylena Pereira Felisbino de Andrade
SUDECAP	Neuza dos Santos Gomes
SUDECAP	Nilton de Freitas Souza Ramos
SUDECAP	Poliana de Oliveira Figueiredo
SUDECAP	Renato Pires de Oliveira-
SUDECAP	Rosane Pinheiro Tomaz Nunes
SUDECAP	Viviane Ribeiro Silva Marcelo
URBEL	Ana Flávia Martins Machado
URBEL	Carolina Gasparini Barbosa Heller
URBEL	Junia Naves Nogueira
URBEL	Karine Maria de Oliveira

A. INTRODUÇÃO

Em Belo Horizonte (BH), a expansão urbana contínua e a impermeabilização da maior parte do território - inclusive de áreas sensíveis do ponto de vista ambiental - levaram, nos últimos anos, ao aumento da frequência de eventos como inundações e deslizamentos de terra. Tais eventos, agravados pelas mudanças climáticas, levaram a perdas de vidas, de materiais e perdas econômicas significativas na capital mineira.

Diante desse quadro, e sobretudo dos eventos de inundações agudas ocorridos nos últimos anos, a atenção da Administração Municipal voltou-se para o tema de redução de riscos de inundação, particularmente relevante na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Isidoro, localizada na Região Norte de Belo Horizonte, objeto do Programa a ser apresentado neste documento.

Na hidrologia de Belo Horizonte, os cursos d'água Nado e Vilarinho são afluentes e formadores do Ribeirão Isidoro. Essas duas sub-bacias apresentam áreas susceptíveis a inundações, sendo frequentemente acometidas por eventos que têm trazido gravíssimos riscos à população. As regionais Venda Nova e Norte da capital mineira, que abrigam a Bacia do Isidoro, são densamente ocupadas e possuem grande importância para estruturação do território da porção norte do Município, notadamente em função da existência de unidades de operação dos sistemas de transporte público de massa (BRT Move e Metrô).

Portanto, mitigar os problemas de inundações e alagamentos nessa região e atuar na gestão de seu risco tornam-se importantes não somente para salvaguardar vidas e impedir perdas materiais, como também para garantir uma cidade segura e resiliente.

Somando-se às questões relatadas de exposição e vulnerabilidade a eventos extremos na porção norte de Belo Horizonte, a contenção da ocupação desordenada na Região da Izidora também se configura como um desafio. Inserida na Bacia do Ribeirão Isidoro, tal área é reconhecida como a última fronteira de crescimento da cidade, no extremo norte de BH. A Região da Izidora possui terreno marcadamente declivoso, onde existem 280 nascentes de água e 64 córregos. Ela também é marcada pela presença de áreas de risco geológico de escorregamento.

A ocupação na Izidora começou a se formar em 2013 e sofreu uma expansão rápida e em larga escala. Consolidaram-se quatro áreas de interesse social: Vitória, Esperança, Rosa Leão e Helena Greco. Atualmente, mais de 4.000 famílias vivem nas citadas ocupações. A maioria vive em situação de pobreza e carece de acesso à infraestrutura e serviços públicos, tais como abastecimento de água, esgotamento sanitário, eletricidade, coleta de resíduos sólidos, transporte e equipamentos de educação e lazer. Grande parte ocupa áreas de preservação ambiental e/ou de risco, além de enfrentar situação de precariedade habitacional.

Apesar do esforço do governo, a expansão das ocupações da Izidora está progredindo rapidamente, comprometendo a capacidade da cidade de salvaguardar os múltiplos sistemas ecológicos sensíveis. É necessária e desafiadora a atuação do poder público para monitorar as áreas ainda vazias da Izidora, bem como desenhar e planejar ordenamento territorial e expansão urbana compatíveis com os atributos existentes no local com a celeridade que a fragilidade da área demanda.

O avanço da informalidade, a carência por infraestrutura, a exposição a riscos e a necessidade de conciliação da expansão da

ocupação urbana com as áreas de relevância ambiental são apenas alguns dos desafios setoriais enfrentados por Belo Horizonte, agravados com o cenário das mudanças climáticas. Demanda-se, assim, uma atuação integrada e estratégica, bem como elevados investimentos por parte do poder local.

Como medida de enfrentamento aos problemas narrados, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte criou o Programa de Redução de Riscos de Inundações e Melhorias Urbanas na Bacia do Ribeirão

Isidoro (Programa), que orienta o desenvolvimento de soluções para os desafios postos.

O presente documento se constitui como o Plano de Engajamento das Partes Interessadas para a totalidade das intervenções propostas. A partir daqui, serão apontadas questões em comum e específicas para cada um dos componentes do Programa.

B. OBJETIVO

B.1. OBJETIVO GERAL

O Programa tem como objetivo promover ações e intervenções na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Isidoro, abordando de forma integrada soluções para redução de riscos de inundação e alagamento e promoção de melhorias sociais, urbanas e ambientais em assentamentos informais selecionados Região da Izidora, ao norte de Belo Horizonte.

B.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- i. Otimizar o sistema de drenagem da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Isidoro com a realização de intervenções de macrodrenagem para fins de mitigação dos eventos de inundações para chuvas com probabilidade de ocorrência de uma vez a cada 25 e 50 anos, através da implantação de bacias e reservatórios de retenção, bem como otimização de bacias existentes;
- ii. Estruturar o planejamento territorial da Região da Izidora garantindo a contenção do processo de expansão das ocupações irregulares, a preservação das áreas de proteção ambiental em longo prazo e a manutenção das famílias na região;
- iii. Melhorar a qualidade de vida dos moradores dos assentamentos de interesse social da Região da Izidora a partir de mitigação de situações de precariedade e risco geológico, com investimentos em infraestrutura e inovação nos assentamentos precários;
- iv. Desenvolver novas técnicas de resiliência para enfrentamento das mudanças climáticas e fortalecer a capacidade institucional do Município de Belo Horizonte, em especial na gestão de risco e no planejamento, projeto, construção e operação de obras de infraestrutura e edificações.

C.O PROGRAMA E SEUS COMPONENTES

C.1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL

A estrutura institucional utilizada para o Programa prevê uma atuação centrada nos seguintes órgãos e diretorias da Prefeitura de Belo Horizonte:

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI, através da:

- Diretoria de Gestão de Águas Urbanas (DGAU): responsável pelo planejamento das ações e Gestão da Política Municipal de Saneamento;
- Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL): responsável pela implementação da Política Municipal de Habitação, através da elaboração de planos e projetos, execução de obras de urbanização, regularização fundiária, assistência técnica, produção de novas moradias e Trabalho Social, para moradores de assentamentos de interesse social e população de baixa renda;
- Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP): responsável pela elaboração de projetos e implementação de obras públicas, pavimentação e saneamento do Município;
- Subsecretaria de Planejamento, Gestão e Finanças (SUPGF-OBI): através da Diretoria de Convênios, Contratos e Captação, responsável pela prestação de contas.

Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU), responsável por elaborar planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; articular e integrar o planejamento das diversas políticas públicas no território da Izidora para garantir a promoção do

desenvolvimento urbano sustentável da região; coordenar e articular as políticas de planejamento, de regulação e de fiscalização urbana; implementar a regulação e o controle urbano e ambiental; e planejar e monitorar no âmbito municipal as políticas de articulação metropolitana.

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SMPOG) através da:

- Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SUPLOR): através da Diretoria Central de Convênios e de Financiamentos (DCF) responsável pela documentação institucional.

C.2. ESTRUTURA DO PROGRAMA

O Programa de Redução de Riscos de Inundações e Melhorias Urbanas na Bacia do Ribeirão Isidoro está estruturado em quatro componentes:

Componente 1: Otimização do sistema de macro e microdrenagem da Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Isidoro - projetos, obras e serviços.

Componente 2: Estruturação do território e urbanização de assentamentos precários na Região da Izidora - projetos, obras e serviços.

Componente 3: Fortalecimento institucional para enfrentamento das mudanças climáticas e planejamento territorial com engajamento social - consultorias.

Componente 4: Gestão do Programa - atividades de apoio ao Programa.

C.3. COMPONENTES, SUBCOMPONENTES E PRODUTOS

C.3.1. Componente 1: Otimização do sistema de macro e microdrenagem da Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Isidoro

Este componente corresponde ao grupo de projetos, obras e intervenções para redução de Riscos de Eventos com Tempo de Recorrência 25 anos (subcomponente 1.1) e 50 anos (subcomponente 1.2) para a Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Isidoro, que tem como objetivo promover maior segurança à população e às unidades de operação dos sistemas de transporte público de massa (Move e Metrô), que integram os eixos das Av. Vilarinho / Av. Dr. Álvaro Camargo e Av. Cristiano Machado / Linha Verde.

As soluções de reservação de água dentro da própria sub-bacia hidrográfica, com regularização da vazão, não transferência do excedente de cheia para jusante, são práticas sustentáveis de drenagem urbana, que minimizam os impactos sociais fruto de desapropriação, remoção e reassentamento.

C.3.1.1. Subcomponente 1.1: Soluções Estruturantes Para Reduzir Riscos De Eventos Com Tempo De Recorrência 25 Anos

Este subcomponente contempla as etapas necessárias para a implementação das intervenções estruturantes para reduzir riscos de eventos com Tempo de Recorrência de 25 anos.

Consiste na elaboração de projetos, execução de obras e ações de desapropriação, para viabilizar a implantação de 02 reservatórios e a ampliação de 01 reservatório para o córrego Vilarinho e a implantação de 01 reservatório para o córrego Nado.

Objetiva-se nas etapas de execução de todas as intervenções a adoção de soluções concretas para incorporar elementos de sustentabilidade em construção civil, bem

como a adoção de soluções compensatórias alternativas e sustentáveis de drenagem urbana para as áreas contempladas no Programa.

Idealiza-se a implantação de pavimentos porosos nas áreas de circulação interna dos equipamentos, de trincheiras e valetas de infiltração para aumento da área permeável e maior retenção da água no solo em áreas remanescentes e em praças/jardins dentro do empreendimento.

O produto prevê ainda o tratamento urbanístico e paisagístico da parte superior dos reservatórios profundos, das áreas de entorno das bacias de detenção e das vias internas de manutenção, com a implantação de equipamentos públicos para atividades de esporte, lazer, entre outras.

Para a implantação das obras será necessária a aquisição de terrenos em 03 áreas para implantação dos reservatórios, assim como ações de remoção e reassentamento de 24 famílias.

C.3.1.1.1. Produto: Projetos e obras de infraestrutura para implantação e readequação de reservatórios para controle de cheia

A. Projetos e obras

Uma primeira etapa de projetos será desenvolvida, com contratação de empresa de consultoria especializada para elaboração de projetos técnicos executivos de canalização, drenagem, barragem, viário, desapropriação, urbanismo, paisagismo, estruturais, geotécnicos, terraplenagem, contenções, dentre outros, com detalhamento das soluções elencadas no estudo de alternativas e eleitas para materialização em obras pelo Município. A seguir são apresentadas as intervenções propostas que serão projetadas, com foco na execução de suas obras.

- i. Córrego Vilarinho: Implantação do Reservatório do Córrego Capão (Padre Pedro Pinto), a montante da travessia sob a Rua Padre Pedro Pinto, em área hoje já inundável, com volume de

detenção de aproximadamente 50.000 m³. Atualmente a área de inundação existente permite a implantação de um reservatório, com funcionamento por gravidade, com regularização de vazão por restrição de seção de saída à jusante da galeria. A bacia de detenção funcionará no próprio curso d'água, no seu exutório, com lançamento no córrego da Av. Vilarinho.

- ii. Córrego Vilarinho: Ampliação do volume do Reservatório Liége de 51.000 m³ para aproximadamente 66.000 m³. O volume de acréscimo ao reservatório retornará ao sistema de macrodrenagem por meio de bombeamento. O reservatório Liége é existente, porém, propõe-se sua melhoria com incremento de casa de bombas para o volume extra de reserva proposto. Seu funcionamento será por gravidade e por bombeamento.
- iii. Córrego Vilarinho: Implantação do Reservatório do Córrego Candelária, com volume de detenção de aproximadamente 30.000 m³. Todo o volume de água armazenado retornará ao sistema de macrodrenagem por meio de bombeamento. Planeja-se o uso de reservatório profundo, com necessidade de menor área para implantação do equipamento. Como não se terá cota para funcionamento por gravidade, um sistema de bombas entrará em funcionamento, com devolução de vazões regularizadas ao córrego, após a passagem do pico de cheias, permitindo redução dos riscos de inundação. O sistema de bombas é por duplicata, com um conjunto reserva.
- iv. Córrego do Nado: Implantação da Bacia de Detenção Anuar Menhen com volume de cerca de 40.445 m³. Planeja-se a implantação de um reservatório de controle de cheias, com sistema de funcionamento por bombeamento, profundo, com reserva de volume excedente de cheias, com retorno de água de forma gradual, pelas bombas,

após a passagem da vazão de pico no curso d'água, permitindo uma melhor resposta do sistema.

Os projetos acima descritos incluem uso de soluções sustentáveis de drenagem para as áreas remanescentes e urbanizadas pelo empreendimento.

B. Desapropriações

Aquisições de terrenos particulares para implantação dos reservatórios, sendo:

- i. Reservatório Candelária - 3.000 m²;
- ii. Reservatório Anuar Menhem - 14.500 m²;
- iii. Reservatório Padre Pedro Pinto (Capão) - 14.000 m².

C.3.1.1.2. Produto: Reassentamentos e indenizações

A. Projeto e obras

As primeiras atividades consistem na realização de um estudo de áreas para melhor escolha de área de reassentamento (com raio próximo à origem) e em desenvolvimento de projetos para as unidades habitacionais. Será desenvolvido um estudo de implantação com posterior detalhamento de projetos de arquitetura, elétrica, estrutural, hidro-sanitário, fundações, terraplenagem, paisagismo de áreas de convivência e entorno, dentre outros.

Assim, objetiva-se a construção de 24 unidades habitacionais em edifícios de 4 ou 5 pavimentos com apartamentos de 2 ou 3 quartos, nas proximidades da bacia do Capão, para reassentamento de parte das famílias removidas em função das obras. Também fazem parte do produto o pagamento em espécie do valor da benfeitoria, calculado através do método de reprodução da unidade para edificações em áreas de ocupações irregulares, objetivando a liberação de local para execução de obras do reservatório Padre Pedro Pinto (Capão). Também é estimado o pagamento de indenizações referente a 16 edificações não atendidas pelos reassentamentos devido ao

caráter do imóvel (de famílias que não se enquadram no perfil de transferência para conjunto habitacional, conforme políticas municipais habitacionais, por exemplo, as que optam por receber o valor avaliado da benfeitoria invés de um apartamento, principalmente nos casos de imóveis com avaliações superiores ao valor da unidade habitacional proposta).

B. Serviços

O Trabalho Social incluso no produto tem como público alvo as famílias afetadas para implantação do empreendimento do reservatório Padre Pedro Pinto (Capão). Objetiva-se ações para relocação das famílias, seguindo as políticas habitacionais do Município, com atividades de acompanhamento de todo o processo, incluindo identificação dos imóveis e das famílias atingidas, cadastro técnico das edificações, definição de encaminhamentos a serem realizados, apoio social, negociação com as famílias e monitoramento do processo de remoção e reassentamento em função das intervenções. Inclui ainda ações de pré e pós morar com as famílias reassentadas em unidades habitacionais produzidas no âmbito do empreendimento do reservatório Padre Pedro Pinto (Capão).

C.3.1.2. Subcomponente 1.2: Soluções estruturantes para reduzir riscos de eventos com Tempo de Recorrência 50 Anos

Este subcomponente contempla as etapas necessárias para a implementação das intervenções estruturantes para reduzir riscos de eventos com Tempo de Recorrência de 50 anos. Consiste na elaboração de projetos, execução de obras e ações de desapropriação para viabilizar a implantação de 01 reservatório para o córrego Vilarinho e 1 reservatório para o córrego Nado.

Objetiva-se nas etapas de execução de todas as intervenções a adoção de soluções concretas para incorporar elementos de sustentabilidade em construção civil, bem como a adoção de soluções compensatórias alternativas e sustentáveis de drenagem

urbana para as áreas contempladas no Programa.

Idealiza-se a implantação de pavimentos porosos nas áreas de circulação interna dos equipamentos, de trincheiras e valetas de infiltração para aumento da área permeável e maior retenção da água no solo em áreas remanescentes e em praças/jardins dentro do empreendimento.

O produto prevê ainda o tratamento urbanístico e paisagístico da parte superior dos reservatórios profundos, das áreas de entorno das bacias de detenção, das vias internas de manutenção, etc., com a implantação de equipamentos públicos para atividades de esporte, lazer, entre outras.

C.3.1.2.1. Produto: Projetos e obras de Infraestrutura para implantação e readequação de reservatórios para controle de cheia

A. Projetos e obras

Uma primeira etapa de projetos será desenvolvida, com contratação de empresa de consultoria especializada para elaboração de projetos técnicos executivos de canalização, drenagem, barragem, viário, desapropriação, urbanismo, paisagismo, estruturais, geotécnicos, terraplenagem, contenções, dentre outros, com detalhamento das soluções elencadas no estudo de alternativas e eleitas para materialização em obras pelo Município. A seguir são apresentadas as intervenções propostas que serão projetadas, com foco na execução de suas obras.

- i. Córrego Vilarinho: Implantação do Reservatório Vilarinho 3 com volume de detenção de aproximadamente 80.000m³. Todo o volume de água armazenado retornará ao sistema de macrodrenagem por meio de bombeamento.
- ii. Córrego do Nado: Implantação do Reservatório Nado 2 com volume de detenção de aproximadamente 65.000m³. Todo o volume de água armazenado retornará ao sistema de

macrodrenagem por meio de bombeamento.

Conforme já abordado na subcomponente anterior, o sistema de bombeamento visa reservar excedente de águas durante a passagem do pico de vazões, com devolução ao sistema de drenagem aos poucos, de forma gradual, em vazões menores, não comprometendo a capacidade operacional de jusante. Por serem profundos os reservatórios, não é possível sua operação por gravidade, justificando o uso de bombas. Essa é uma solução amplamente aplicada no mundo e em grandes cidades brasileiras, como as capitais São Paulo e Rio de Janeiro. Estes reservatórios demandam menores áreas, logo menor impacto social e podem ser alocados ao longo dos cursos d'água.

Os projetos acima descritos incluem uso de soluções sustentáveis de drenagem para as áreas remanescentes e urbanizadas pelo empreendimento.

B. Desapropriações

Aquisições de terrenos particulares (demandam indenização para terceiros) para implantação dos reservatórios subterrâneos, sendo:

- i. Reservatório Vilarinho 3 - 7.400 m²;
- ii. Reservatório Nado 2 - 3.600 m².

C.3.1.3. Subcomponente 1.3: Engajamento comunitário, comunicação e Trabalho Social

A. Serviços

Será realizado um intenso Trabalho Social na área de influência das obras previstas para o Componente 1. A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte trabalha com uma metodologia de Trabalho Social que extrapola a conceituação tradicional, na perspectiva de que, além de informar, o trabalho deve fomentar, formar e partilhar ações e compromissos, na medida que possibilita a integração dos moradores da área de obra e do seu entorno com as várias políticas públicas e suas interfaces, garantindo sustentabilidade das ações.

Visando contemplar a complexidade da questão social, as ações do Trabalho Social são estruturadas em eixos norteadores:

- Mobilização, Organização e Fortalecimento social;
- Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção;
- Desenvolvimento Socioeconômico;
- Educação Ambiental e Patrimonial;
- Remoção e Reassentamento.

O eixo Mobilização, Organização e Fortalecimento Social contempla principalmente ações como reuniões e assembleias com a comunidade, formação, capacitação e acompanhamento do Grupo de Referência, formado por voluntários da comunidade, e articulação com a rede social no entorno do empreendimento.

No eixo Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção está a estratégia de comunicação, informação e participação da comunidade sobre as intervenções. São fornecidas informações sobre as obras através de reuniões, mobilizações, esclarecimentos das etapas e interferências.

Já no eixo Educação Ambiental e Patrimonial as campanhas educativas são priorizadas, incluindo práticas de educação ambiental, atividades com crianças e adolescentes, visitas técnicas, além de ações para apropriação e preservação das áreas coletivas do empreendimento.

A educação sanitária e ambiental é essencial para compreensão global dos benefícios conquistados, utilização adequada, conservação e manutenção. Nas ações de acompanhamento das obras, será realizada mobilização/sensibilização sobre a questão ambiental e as orientações em relação à correta utilização das redes de esgoto e drenagem, ao correto acondicionamento do lixo e a necessidade da diminuição de sua quantidade, construção dentro de padrões de salubridade e segurança, conservação e manutenção da obra. Este trabalho tem uma preocupação com a sustentabilidade das intervenções.

O eixo Desenvolvimento Socioeconômico foca na identificação de potenciais produtivos, apoio a iniciativas locais e cursos de capacitação e qualificação profissional. A capacitação profissional tem a finalidade básica de capacitar grupos de moradores para inserção no mercado a partir dos princípios da economia solidária, visando, sobretudo, à criação de unidades produtivas para geração de trabalho e renda.

O eixo Remoção e Reassentamento está detalhado no produto “Plano de Ação de Reassentamento”.

C.3.2. Componente 2: Estruturação do território e urbanização de assentamentos precários na Região da Izidora

Este componente visa promover intervenções integradas físico-ambientais e sócio organizativas nas ocupações do Izidora, para conter o avanço da informalidade, o agravamento das condições precárias de moradia das comunidades locais, caracterizadas pela carência de infraestrutura urbana, equipamentos e serviços e pela exposição a riscos geológicos. Serão contemplados os quatro assentamentos existentes (Helena Greco, Rosa Leão, Esperança e Vitória).

É imprescindível conciliar a área de relevância ambiental ainda existente no local com as áreas ocupadas, enfrentando os problemas da pobreza e da desigualdade, numa atuação integrada e estratégica por parte do poder local em parceria com as comunidades.

Um extenso trabalho vem sendo realizado para mapear e avaliar as necessidades da população que vive na Região da Izidora para garantir um ambiente regulatório e institucional favorável no início do Projeto. Um grupo multissetorial foi destacado dentro da estrutura do governo municipal para coordenar e acompanhar de perto as ações na área de Izidora. Diagnósticos preliminares das áreas e pesquisas usando técnicas geoespaciais remotas foram também realizados para determinar a

população estimada e mapear a área, de forma a possibilitar um exercício de custeio das intervenções para urbanização dos assentamentos, com base em referências de programas de urbanização anteriores.

Importante frisar que, a proposta encontra-se em etapa de estudos e preparação e, portanto, a proposta orienta-se por números preliminares. Serão ainda realizados o Cadastro Social e o Plano Urbanístico para os assentamentos, com o envolvimento das partes afetadas pelo projeto, que viabilizarão a consolidação do desenho de projeto e os quantitativos precisos das intervenções a serem implementadas.

C.3.2.1. Subcomponente 2.1: Intervenções em assentamentos precários na Região da Izidora

C.3.2.1.1. Produto: Projetos e obras de infraestrutura

As intervenções previstas para a Região das Ocupações da Izidora, assentamentos existentes (Helena Greco, Rosa Leão, Esperança e Vitória) que ocupam uma área de 1,5 km², serão implementadas com base nos projetos básicos a serem desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em arranjo com as concessionárias de serviços e outros organismos parceiros, com término previsto para 2022.

Os projetos executivos e obras de urbanização integrada que compõem este produto contemplam a implantação de vias veiculares e de pedestres, com toda infraestrutura de saneamento correspondente às áreas consolidadas identificadas nos assentamentos precários.

Para todas as etapas, projeto, a construção e operação, serão priorizadas técnicas construtivas baseadas na natureza e soluções de saneamento, que diminuam os impactos ambientais e sociais, considerando-se:

- Uso eficiente de energia, água e outros recursos;

- Manutenção dos córregos em leito natural;
- Uso de pavimentos porosos nas vias de pouca circulação e de trincheiras e valetas de infiltração para aumento da área permeável e maior retenção da água no solo;
- Implantação de áreas alagáveis para tratamento de efluentes domésticos (wetlands);
- Diminuição do consumo de energia e uso de energia renovável, como a solar;
- Medidas para reduzir a poluição e os resíduos, assim como possibilitar reutilização e reciclagem de materiais;
- Priorização de uso de materiais não tóxicos e sustentáveis;
- Priorização do transporte ativo (bicicleta e pedestres) aumentando a qualidade de vida da população e diminuindo a emissão de gases de efeito estufa.
- Implantação de agroflorestas em áreas remanescentes que aumentam a permeabilidade do solo, dão um uso sustentável à terra e aumentam as possibilidades de alimentação e de renda dos moradores.

C.3.2.1.2. Produto: Mitigação de situações de risco e recuperação de áreas ambientais

Para atender a premissa do projeto de compatibilização entre ocupação e preservação, serão desocupadas e recuperadas as áreas de preservação permanente que protegem os cursos d'água e onde residem famílias suscetíveis a situações de risco.

Além da recuperação das APPs, está prevista a implantação de áreas de parque público de fruição.

Serão reassentadas também as famílias que ocupam áreas identificadas como de risco geológico. Pontualmente, poderá haver

reassentamentos para a viabilização das obras de infraestrutura.

Estima-se a necessidade de reassentar cerca de 1000 famílias e estabelecimentos de áreas de preservação permanente, de áreas de risco geológico ou em função das obras, número a ser confirmado no desenvolvimento de planos e projetos com a participação da comunidade.

Serão oferecidas diferentes alternativas de atendimento, previstas na Política Municipal de Habitação:

- i. Construção de unidades habitacionais, comerciais e de serviços na Região do Izidora, para reassentamento de parte das famílias removidas;
- ii. Reassentamento de famílias e estabelecimentos em outras edificações adquiridas na região ou fora dela, ou indenização de benfeitorias, principalmente, no caso de uso não residencial, com o pagamento em espécie do valor da benfeitoria, calculado através do método de reprodução da unidade;
- iii. Locação temporária de imóveis para reassentamento provisório até o reassentamento definitivo das famílias nas unidades a serem construídas. Promoção do Trabalho Social, prioritariamente junto às famílias a serem reassentadas.

Nas edificações que serão construídas para o reassentamento das famílias, será priorizada a implantação de técnicas construtivas baseadas na natureza, por meio de dispositivos que reduzam o impacto ambiental das construções, como:

- Instalação de estrutura para captação e utilização de água de chuva, reduzindo o consumo de água potável e a vazão de pico do sistema de drenagem;
- Dispositivos sanitários para captação e reuso de águas cinza, reduzindo o consumo de água potável e o volume de efluentes sanitários a serem tratados;

- Recipientes para a correta segregação dos resíduos sólidos e posterior reutilização/reciclagem e dispositivos comunitários para compostagem de resíduos orgânicos, diminuindo o volume de resíduos a serem tratados pelo sistema além de ampliar as possibilidades de renda para os moradores;
- Células de energia solar fotovoltaicas, para diminuição do consumo de energia;
- Implantação de pavimento poroso nas áreas comuns e de estacionamento, a fim de aumentar a retenção da água no solo;
- Priorização de uso de materiais não tóxicos e sustentáveis.

As remoções e reassentamentos são um importante eixo do Trabalho Social mais amplo a ser executado. Há um acompanhamento de todo o processo de identificação dos imóveis e das famílias atingidas, cadastro, definição de encaminhamento, apoio social, negociação com as famílias e monitoramento do processo de remoção e reassentamento em função das intervenções. Inclui ainda ações de pré e pós morar com as famílias reassentadas em unidades habitacionais produzidas no âmbito do empreendimento.

Ressalta-se que as ações relativas ao Trabalho Social estão atreladas às obras de urbanização e perpassam todas as fases da intervenção (pré-obras, período de obras e pós-ocupação).

As famílias a serem indenizadas e/ou realocadas são organizadas, tendo em vista a discussão e elaboração de um plano de ação que possa garantir a sustentabilidade das intervenções e formalização de regras de convivência.

C.3.2.1.3. Produto: Construção de equipamentos comunitários

Projeto e construção de Equipamentos Públicos Integrados, priorizada a disponibilização de escolas para atendimento a crianças de 0 a 5 anos, conforme demanda instalada na região. Os demais equipamentos públicos e/ou comunitários serão discutidos no âmbito dos parcelamentos que serão licenciados na região ainda não ocupada, limítrofe às ocupações, com a utilização de instrumentos urbanísticos aplicáveis, tais como: contrapartidas, medidas compensatórias, etc.

Na construção das edificações dos equipamentos serão priorizadas técnicas construtivas baseadas na natureza, por meio de dispositivos que reduzam o impacto ambiental das construções, como:

- Instalação de estrutura para captação e utilização de água de chuva, reduzindo o consumo de água potável e a vazão de pico do sistema de drenagem;
- Dispositivos sanitários para captação e reuso de águas cinza, reduzindo o consumo de água potável e o volume de efluentes sanitários a serem tratados;
- Telhados verdes e jardins verticais, ampliando a natureza na paisagem além de contribuir com a retenção da água de chuva;
- Células de energia solar fotovoltaicas, para diminuição do consumo de energia;
- Implantação de pavimento poroso nas áreas comuns e de estacionamento, a fim de aumentar a retenção da água no solo;
- Priorização de uso de materiais não tóxicos e sustentáveis.

C.3.2.2. Subcomponente 2.2: Trabalho Social e engajamento comunitário para as ocupações da Izidora

Será realizado um intenso Trabalho Social junto a todas as famílias moradoras da Região da Izidora. A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte trabalha com uma metodologia de Trabalho Social que extrapola a conceituação tradicional, na perspectiva de que, além de informar, o trabalho deve fomentar, formar e partilhar ações e compromissos, na medida que possibilita a integração dos moradores com as várias políticas públicas e suas interfaces, garantindo sustentabilidade das ações.

Visando contemplar a complexidade da questão social, as ações do Trabalho Social são estruturadas em eixos norteadores:

- Mobilização, Organização e Fortalecimento social;
- Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção;
- Desenvolvimento Socioeconômico;
- Educação Ambiental e Patrimonial;
- Remoção e Reassentamento.

O eixo Mobilização, Organização e Fortalecimento Social contempla principalmente ações como reuniões e assembleias com a comunidade, formação, capacitação e acompanhamento do Grupo de Referência, formado por voluntários da comunidade, e articulação com a rede social no entorno do empreendimento.

No eixo Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção são fornecidas informações sobre as obras através de reuniões, mobilizações, esclarecimentos das etapas e interferências.

Já no eixo Educação Ambiental e Patrimonial as campanhas educativas são priorizadas, incluindo práticas de educação ambiental, atividades com crianças e adolescentes, visitas técnicas, além de ações para apropriação e preservação das áreas coletivas do empreendimento.

A educação sanitária e ambiental é essencial para compreensão global dos benefícios conquistados, utilização adequada, conservação e manutenção. Nas ações de acompanhamento das obras, será realizada mobilização/sensibilização sobre a questão

ambiental e as orientações em relação à correta utilização das redes de esgoto e drenagem, ao correto acondicionamento do lixo e a necessidade da diminuição de sua quantidade, construção dentro de padrões de salubridade e segurança, conservação e manutenção da obra. Este trabalho tem uma preocupação com a sustentabilidade das intervenções.

O eixo Desenvolvimento Socioeconômico foca na identificação de potenciais produtivos, apoio a iniciativas locais e cursos de capacitação e qualificação profissional. A capacitação profissional tem a finalidade básica de capacitar grupos de moradores para inserção no mercado a partir dos princípios da economia solidária, visando, sobretudo, à criação de unidades produtivas para geração de trabalho e renda.

O eixo Remoção e Reassentamento está detalhado no produto “Reassentamentos”.

C.3.3. Componente 3: Fortalecimento institucional para enfrentamento das mudanças climáticas e planejamento territorial com engajamento social

Este componente tem como objetivo aprimorar e fortalecer a capacidade institucional da Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da elaboração de estudos e assistência técnica voltados para a área da Bacia do Isidoro, e replicáveis para outros territórios do Município, com foco em:

- i. Estruturar o planejamento territorial da Região da Izidora, ancorando-o em amplos processos de engajamento e participação comunitária;
- ii. Desenvolver instrumentos para o enfrentamento das mudanças climáticas, em especial no que diz respeito à viabilização de inovações tecnológicas com foco em soluções baseadas na natureza, à gestão integrada de águas urbanas e gestão de riscos de desastres.

C.3.3.1. Produto: Estudos e assistência técnica

Os produtos esperados a partir dos estudos contratados são consultorias para apoiar o Município no desenvolvimento de estratégias nas seguintes frentes e inovação institucional:

- i. Instrumentos urbanísticos de ordenamento e expansão urbana, em especial o reajuste de terrenos, visando conciliar preservação ambiental e ocupação do solo, otimização do aproveitamento das áreas, partindo da premissa de cooperação entre os agentes públicos e privados e atores locais;
- ii. Estratégias pactuadas de manutenção e gestão de parques e áreas de preservação a longo prazo, com o controle social e alternativas de compatibilização do apropriação pública e uso e apropriação das áreas;
- iii. Cofinanciamento habitacional, avaliando contribuições dos diversos atores sociais na urbanização das áreas ocupadas consolidadas entre outros;
- iv. Viabilização de inovações tecnológicas com foco em soluções baseadas na natureza na infraestrutura urbana, incluindo uso eficiente de energia, água e outros recursos; manutenção dos córregos em leito natural; uso de pavimentos porosos nas vias de pouca circulação e de trincheiras e valetas de infiltração para aumento da área permeável e maior retenção da água no solo; implantação de áreas alagáveis para tratamento de efluentes domésticos (wetlands); diminuição do consumo de energia e uso de energia renovável, como a solar; medidas para reduzir a poluição e os resíduos, assim como possibilitar reutilização e reciclagem de materiais; uso de materiais não tóxicos, éticos e sustentáveis; priorização do transporte ativo (bicicleta e pedestres) aumentando a qualidade de vida da população e diminuindo a emissão de gases de efeito estufa.

- v. Alternativas de tipologias habitacionais e soluções concretas para incorporar elementos de sustentabilidade na construção civil, em edificações e espaços públicos, incluindo instalação de estrutura para captação e utilização de água de chuva, reduzindo o consumo de água potável e a vazão de pico do sistema de drenagem; dispositivos sanitários para captação e reuso de águas cinza, reduzindo o consumo de água potável e o volume de efluentes sanitários a serem tratados; telhados verdes e jardins verticais, ampliando a natureza na paisagem além de contribuir com a retenção da água de chuva; células de energia solar fotovoltaicas, para diminuição do consumo de energia; implantação de pavimento poroso nas áreas comuns e de estacionamento, a fim de aumentar a retenção da água no solo; uso de materiais não tóxicos, éticos e sustentáveis; recipientes para a correta segregação dos resíduos sólidos e posterior reutilização/reciclagem e dispositivos comunitários para compostagem de resíduos orgânicos, diminuindo o volume de resíduos a serem tratados pelo sistema além de ampliar as possibilidades de renda para os moradores.
- vi. Estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas com foco em gestão integrada de águas urbanas e gestão de riscos de desastres.
- vii. Estratégias de engajamento comunitário para promoção de gestão coletiva e autonomia.

C.3.4. Componente 4: Gestão do Programa

Para a coordenação e a gestão do Programa, será criada uma Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP). Ela atuará como interlocutora junto ao Banco Mundial e contará com o apoio da Unidade Executora do Programa (UEP) e ainda com o suporte de

todos os órgãos do poder executivo municipal afetos ao Programa. Assim, para que a gestão ocorra de forma eficiente e proporcione o alcance das metas estabelecidas, são necessárias consultorias de apoio e aquisição de equipamentos, indicados, com atividades de auditoria externa e avaliação econômica, bem como para prestação de serviços de comunicação, de supervisão de obras e de gerenciamento de empreendimento.

C.3.4.1. Produto: Consultorias para apoio ao Programa

Contratação de consultorias para montagem e apoio à Unidade Gerenciadora do Programa e à Unidade Executora do Programa, sendo:

- i. Especialista em aquisição alocado à UGP;
- ii. Especialista ambiental alocado à UGP nos serviços de supervisão e fiscalização ambiental;
- iii. Consultoria para apoio administrativo à UGP;
- iv. Consultoria para apoio à gestão financeira da UGP;
- v. Consultora para apoio à coordenação do Programa, alocado na UGP;

- vi. Consultoria para apoio ao Monitoramento e Controle do Programa, alocado na UGP;
- vii. Consultoria para apoio à comunicação do Programa, alocado na UGP;
- viii. Especialista para gerência do Programa alocado na UEP;
- ix. Consultoria para apoio às atividades da equipe social da UEP;
- x. Consultoria para apoio às atividades da equipe ambiental da UEP;
- xi. Consultoria para apoio à fiscalização da UEP;
- xii. Consultoria para apoio à verificação técnica de Projetos da UEP.

C.3.4.2. Produto: Montagem de escritório da UGP e da UEP e aquisição de equipamentos para gerenciamento e monitoramento do Programa

Montagem de escritório da UGP e da UEP e aquisição de equipamentos para gerenciamento e monitoramento do Programa.

D.

PLANO DE ENGAJAENTO ENTRE AS PARTES INTERESSADAS

1. ATIVIDADES ANTERIORES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

1.1. Experiência da gestão de águas urbanas

Em relação a ações voltadas para a drenagem urbana, Belo Horizonte consolidou ao longo dos anos sua Política Municipal de Gestão de Águas Urbanas. Essa política setorial norteia a atuação da Administração através da inclusão e valorização de instrumentos efetivos de planejamento; definição de diretrizes e de prioridades de execução de obras estruturantes; ações de sustentabilidade, de prevenção ao risco, de contingências; além de mecanismos de controle social e participação popular.

Não por acaso, o Município de Belo Horizonte se constitui como referência nacional em relação a essa temática, como resultado de quase 20 anos de institucionalização da Política Municipal de Saneamento, que tem a temática “drenagem urbana” como um de seus principais pilares. A Política Municipal de Gestão de Águas Urbanas de Belo Horizonte está orientada pelas ações e instrumentos listados na sequência:

- i. Plano Diretor de Drenagem (desde 1999);
- ii. Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte DRENURBS (desde 2001);
- iii. Modelagem hidrológica e hidráulica do sistema de macrodrenagem das bacias hidrográficas dos Ribeirões da Onça e Arrudas (2008);
- iv. Carta de Inundações de BH e identificação de áreas potencialmente suscetíveis (2009 - 2013);
- v. Plano Municipal de Saneamento

(desde 2004, atualizado a cada 2 anos);

- vi. Plano de Contingência para Enfrentamento de Desastres no Município de Belo Horizonte (desde 2003 e atualizado anualmente);
- vii. Plano Diretor Municipal (Lei nº 11.181/2019);
- viii. Ações do Comitê de Mudanças Climáticas (desde 2016).

As ações e instrumentos aqui descritos viabilizaram uma definição clara de diretrizes, critérios e indicadores que nos permitem a identificação e priorização das necessidades de investimentos em infraestrutura de saneamento, em particular de drenagem urbana e manejo de águas pluviais. Esses instrumentos incluem ações não estruturais, voltadas para a restrição de ocupação em áreas limdeiras aos cursos d'água, controle na fonte, busca por maior resiliência, bem como medidas de enfrentamento e proteção contra inundações.

Hoje, o Município conta com a Diretoria de Gestão de Águas Urbanas (DGAU), que integra a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOBI), cujas atribuições são formalizadas pelo Decreto nº 16.681/2017. A DGAU é responsável pela implementação da Política de Gestão de Águas Urbanas no Município e promove a articulação e a intersetorialidade de ações direcionadas à implementação das políticas públicas de saneamento, incluindo as temáticas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais, resíduos sólidos e controle de vetores.

A DGAU é responsável, ainda, pela interlocução institucional com a COPASA,

pela elaboração e atualização do Plano Municipal de Saneamento e do Plano Diretor de Drenagem, além de cumprir o papel de promover uma articulação entre os órgãos da Administração, buscando orientar e consolidar entendimentos em relação à temática Drenagem Urbana.

Em relação à participação popular, cabe destacar o papel do Conselho Municipal de Saneamento (COMUSA) nas decisões relativas à Política Municipal de Saneamento e à Gestão de Águas Urbanas, e, em particular, no que se refere à temática drenagem urbana e manejo de águas pluviais, conforme o previsto na Lei nº 8.260/2001 e Decreto Municipal nº 17.414/2020.

O COMUSA atua desde 2004, participando diretamente das tomadas de decisão em relação à aprovação dos Planos Municipais de Saneamento e dos Planos Anuais de Investimento do Fundo Municipal de Saneamento (FMS). O Conselho participa, igualmente, das respectivas prestações de contas, da discussão de programas e obras estruturantes e da discussão de programas e de ações não estruturais relacionados à temática Gestão de Águas Urbanas. É importante destacar que cabe à DGAU a responsabilidade de atuar como Secretaria Executiva do COMUSA.

A participação popular é garantida nas decisões relativas à temática durante as Conferências Municipais de Saneamento, que ocorrem a cada dois anos, sendo estas amplamente divulgadas e abertas à participação popular. Cabe destacar, ainda, a existência de uma Comissão Popular de Acompanhamento do COMUSA, cuja renovação ocorre no âmbito das Conferências Municipais de Saneamento.

Adicionalmente, a Prefeitura de Belo Horizonte dispõe de Canais de Atendimento ao Cidadão, que possibilitam aos munícipes a apresentação de suas demandas e questionamentos, os quais passam por avaliação pelos órgãos municipais, viabilizando um retorno qualificado aos demandantes.

Com relação à discussão das alternativas desenvolvidas para a região envolvida pelo Programa de Redução de Riscos de Inundação e Melhorias Urbanas na Bacia do Ribeirão Isidoro, no dia 14 de março de 2019 foi realizada audiência pública com a presença de entidades representativas da comunidade local, quando foi apresentada a proposta de intervenção. As entidades representativas da população local presentes na reunião foram o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas) e o Movimento EU Vilarinho.

Além disso, o assunto foi discutido no COMUSA nas reuniões realizadas em 26 de março de 2019, quando foi apresentada uma proposta inicial para às intervenções, e em 22 de outubro de 2019, quando foi apresentada a concepção final do projeto de otimização dos sistemas de macrodrenagem dos Córregos Vilarinho, Nado e Ribeirão Isidoro.

A proposta de engajamento dos atores sociais que já atuam junto à temática e a ampliação de participação da população local, a partir da criação de novos canais de participação será apresentada adiante.

1.2. Programa Estrutural Em Áreas De Risco (PEAR)

Como parte importante da participação comunitária nas questões que envolvem risco hidrológico e enfrentamento das questões relacionadas à inundação, é importante destacar o papel dos Núcleos de Alerta de Chuvas (NAC), que são compostos por rede de moradores e/ou trabalhadores em áreas mais suscetíveis a inundações, treinados para o enfrentamento do risco.

A criação, fomento de estratégias de captação e envolvimento dos voluntários do NAC estão atualmente sob responsabilidade da URBEL, com sua equipe de Trabalho Social, e se encontram no âmbito do desenvolvimento do Programa Estrutural em Áreas de Risco (PEAR). No Trabalho Social desenvolvido com tais voluntários, eles se tornam referências para a Administração Municipal, atuando como

multiplicadores e auxiliando na comunicação e orientação das ações em suas comunidades.

Os voluntários dos NAC auxiliam, igualmente, na disseminação de alertas e de práticas que aumentem o grau de proteção e a eficácia das ações de contingência. Eles atuam em área de risco hidrológico alertando vizinhos quando é prevista chuva forte, de forma a evitar acidentes nestas áreas.

Anualmente são realizadas vistorias conjuntas nas áreas em que há um NAC constituído. Essas vistorias envolvem não somente moradores e voluntários do local, mas também funcionários que possuem interface direta com o risco, tais como: a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, a Secretaria de Limpeza Urbana (SLU), a Gerência de Manutenção Regional, a COPASA, dentre outros. Cada setor assume a responsabilidade de promover ações, referentes à sua atuação no Município, que mitigam os riscos durante as chuvas, como limpeza de bocas de lobo, remoção de botas-foras existentes em área de inundação, campanhas educativas, etc.

As ações de prevenção (que envolvem os trabalhos preliminares estabelecidos nas vistorias conjuntas e o alerta da comunidade diretamente atingida) não são suficientes para inibir a exposição da população ao risco de inundação no momento de chuva forte. Ao considerar esse dado, a PBH trabalhou para criar um plano de interrupção do trânsito nos grandes corredores, inclusive na Região da Vilarinho, que receberá as intervenções previstas no Componente 1. Essa ação inovadora envolve o COP-BH, a Defesa Civil, a Guarda Municipal, a BHTRANS e a URBEL para atuarem diretamente nesta ação. Esse trabalho vem crescendo e se expandindo para outras áreas da cidade e

envolvendo grande número de servidores extremamente comprometidos e já alcançou resultados importantes, engrandecendo a capacidade de resiliência do Município.

Outra ação importante na participação e envolvimento dos cidadãos nas medidas de segurança foi o treinamento de moradores e comerciantes locais para realizarem, de forma segura, o lançamento de cordas para pessoas que são arrastadas durante enchentes. Esses voluntários receberam um kit incluindo sacola de arremesso, capa de chuva, lanterna e apito para atuarem no momento de crise em segurança. O poder público recebeu relatos de que essa ação foi capaz de resgatar pessoas, alcançando seu objetivo de salvar vidas. Anualmente, os voluntários são treinados e relembram os procedimentos de segurança e forma correta de realizar o lançamento da corda.

Além das atividades que são executadas anualmente, a equipe se reúne com os voluntários dos NAC fortalecendo as ações de prevenção e capacitando-os para atuar nas comunidades. A URBEL mantém diálogo permanente com as comunidades, buscando estar em dia com a execução de serviços solicitados pelos voluntários ou diretamente pela comunidade, serviços estes que fazem diferença no momento de chuvas fortes. Os diversos órgãos da PBH incorporaram as demandas do NAC em suas rotinas e essa ação corrobora para resultados cada vez mais positivos.

Percebe-se que o trabalho realizado com os NAC é bastante dinâmico. Novos núcleos são formados sempre que comunidade ou poder público demandam. Atualmente existem 45 NAC com 545 voluntários, inclusive aqueles atuantes na área de inundação da região de abrangência do Componente 1, conforme tabela abaixo.

Tabela 2: Número de voluntários atuantes nas NACs englobadas pelo Programa

BACIA	NOME DO NAC	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Nado 2	Marimbondo	4
Nado 2	Vila Universo	10
Córrego do Capão	Capão	18
Liége	Av. República	17
Liége	Abolição	10
Liége	Avenida C	12
Total de participantes		71

Dos participantes, destaca-se que 57%, correspondendo a 41 pessoas, são mulheres. Registramos que nas estratégias que serão utilizadas para o engajamento das partes interessadas, como será adiante apresentado, serão desenvolvidas ações voltadas para a ampliação e reforço da participação de mulheres nos espaços de representação e participação.

1.3. Conferências Municipais De Política Urbana (CMPU)

As Conferências Municipais de Política Urbana consistem em fóruns participativos cujo objetivo é a avaliação e atualização da legislação urbanística do Município (Plano Diretor, Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, dentre outras). Elas ocorrem com a participação de representantes da sociedade civil eleitos entre os seus pares e organizados a partir de três setores:

- Setor popular: organizações comunitárias e de moradores, entidades de movimentos reivindicativos setoriais específicos vinculados à questão urbana, todas legalmente constituídas;
- Setor técnico: universidades e centros universitários, entidades de profissionais liberais e as organizações não governamentais ligadas à questão

urbana;

- Setor empresarial: entidades patronais da indústria, do comércio e de serviços.

As Conferências são fóruns participativos e deliberativos onde os participantes fazem propostas de alteração ou correção da legislação urbana do Município de forma ativa e democrática. Todo o processo da Conferência é coordenado pelo corpo técnico da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU), com o apoio de empresa contratada para organização e logística do evento. O resultado das Conferências é trabalhado internamente em forma de projeto de lei que é levado à Câmara Legislativa para ser discutido e votado pelos vereadores do Município.

1.4. Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR)

Em 1996, a Lei do Plano Diretor criou o Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR) e estabeleceu que a Conferência Municipal de Política Urbana será convocada por ele a cada quatro anos, com os seguintes objetivos:

- Avaliar a condução e os impactos da implementação das normas contidas na Lei do Plano Diretor e na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo;

- Sugerir alteração, a ser aprovada por lei, das diretrizes estabelecidas nessas leis;
- Sugerir alteração no cronograma de investimentos prioritários em obras.

A Conferência Municipal de Política Urbana deve ser amplamente convocada e dela poderão participar, debater e votar, representantes do Executivo, de órgãos técnicos, da Câmara Municipal e de entidades culturais, comunitárias, religiosas, empresariais e sociais. O COMPUR agrega funções como:

- Acompanhar as ações de intervenção pública na estrutura urbana do Município;
- Promover debates, apresentações, palestras, seminários ou cursos afetos ao planejamento urbano;
- Manifestar-se sobre temas afetos à política urbana e propor intervenções e soluções a eles relacionadas;
- Monitorar a implementação das normas contidas no Plano Diretor e na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (LPOUS), sugerindo modificações em seus dispositivos;
- Decidir premissas para regulamentação de instrumentos de política urbana;
- Promover, quadrienalmente, a Conferência Municipal de Políticas Urbanas, um evento participativo de revisão da legislação urbanística;
- E deliberar sobre a instalação e funcionamento de empreendimentos de grande porte, por meio da avaliação de Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV).

1.5. Conselho Municipal de Habitação (CMH)

Depois de anos de luta pela moradia sem uma política consistente que amparasse a população, em 1993 teve início a caminhada da política habitacional de Belo Horizonte. Neste contexto, os movimentos sociais pela moradia popular, gestores, técnicos e especialistas em habitação passaram a discutir e formular, conjuntamente, as diretrizes de política habitacional de acordo com as necessidades das classes mais desfavorecidas.

Um ano depois, a Lei nº 6.508/1994 instituiu o Conselho Municipal de Habitação (CMH), com a participação de representantes do Executivo, Legislativo, movimentos de luta pela moradia, sindicatos, universidades e setor empresarial, num espaço que garante e institucionaliza a participação da sociedade.

As principais atribuições do Conselho são elaborar e orientar as ações da Política Municipal de Habitação (PMH), além de fiscalizar a aplicação dos recursos concentrados no Fundo Municipal de Habitação Popular.

Os conselheiros são eleitos, democraticamente, a cada dois anos, nas Conferências Municipais de Habitação (quando houver) ou por eleições convocadas através de edital. As proposições da Conferência, e ou das reuniões ordinárias norteiam as suas ações e os investimentos municipais em habitação para famílias de baixa renda. Os atuais conselheiros, do biênio 2019/2021, foram empossados em 4 de julho de 2019.

O Conselho Municipal de Habitação também possui em sua estrutura uma Câmara Técnica de Legislação e uma Câmara Técnica de Controle e Avaliação. Elas dão assessoramento técnico especializado sobre assuntos específicos relativos às áreas de que tratam. O Conselho de Habitação vem possibilitando ao cidadão belo-horizontino, por meio da atuação dedicada dos seus integrantes, a garantia da transparência e

efetiva participação na gestão por uma cidade melhor.

1.6. Orçamento Participativo da Habitação (OPH)

Nos 20 anos de existência em Belo Horizonte, o Orçamento Participativo (OP) vem desempenhando um papel fundamental na democratização das políticas públicas e na ampliação da participação popular, buscando a corresponsabilidade na gestão da cidade.

Com o objetivo de contribuir para resolução de um antigo e complexo problema no Brasil – o alto déficit habitacional – a Prefeitura ampliou os recursos do Orçamento Participativo e criou, em 1995, de forma pioneira, o OP da Habitação (OPH). Pela primeira vez um governo local discutia com a população recursos orçamentários do Município destinados à produção de unidades habitacionais para beneficiar famílias de baixa renda e organizadas no movimento popular de luta por moradia. A população desses locais decide, por meio de votação, quais são as obras prioritárias a serem realizadas pela Prefeitura na sua comunidade.

De 1994 até dezembro de 2015 foram realizados investimentos de mais de R\$ 430 milhões nas obras em vilas, com recursos aprovados no OP. Em geral, são obras de urbanização, tratamento de áreas de risco, moradia, lazer e saneamento.

Desde a implantação do OP, os moradores das áreas mais carentes já conquistaram a aprovação de 469 empreendimentos nas assembleias públicas, sendo que 352 deles foram concluídos e 117 encontram-se em andamento. Do total de obras em andamento, 16 estão sendo realizadas com recursos do governo federal, através do Programa Vila Viva.

1.7. Programa Vila Viva

O Programa Vila Viva é uma intervenção estruturante com ações baseadas em três eixos: urbanístico, social e jurídico. São obras de saneamento, remoção de famílias,

construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, além de implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer.

O eixo social engloba ações de desenvolvimento comunitário, educação sanitária e ambiental e criação de alternativas de geração de trabalho e renda. Já o eixo jurídico só pode ser implementado após o término da urbanização do local, para que a área possa ser legalizada e emitidas as escrituras dos lotes aos ocupantes.

A origem do Programa Vila Viva está diretamente relacionada com o Plano Global Específico (PGE), que é o instrumento de planejamento que norteia as ações a serem realizadas. As intervenções contam com recursos federais, obtidos por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal. As primeiras intervenções tiveram início em 2005 no Aglomerado da Serra, região centro-sul. Atualmente o Programa Vila Viva contempla 12 comunidades nas diversas regiões da cidade.

1.8. Experiência de atuação junto às ocupações da Izidora

A Região da Izidora localiza-se no extremo norte do Município de Belo Horizonte, na divisa com o Município de Santa Luzia, na Região Administrativa Norte, abrangendo uma área total de 9,5 km². A região é atravessada pelo Ribeirão Isidoro, integrante da Bacia do Rio das Velhas, e tem alta relevância ambiental, com a presença dos biomas Mata Atlântica e Cerrado.

É válido ressaltar que, inicialmente, o Ribeirão era chamado Isidoro, nome que ao longo do tempo passou a aparecer de forma masculinizada nos mapas oficiais da cidade e que, por esse motivo, se tornou objeto de reivindicação pelas ocupações.

Em 2010, a Lei Municipal nº 9.959/2010 institui a Área de Diretrizes Especiais (ADE) do Isidoro e a demarca para fins de instituir parâmetros de uso e ocupação compatíveis com a proteção do meio ambiente. Já em 2014, a partir da Lei Municipal nº 10.705/2014, e levando em consideração o déficit habitacional da cidade, um novo plano com caráter mais social foi designado à região: a Operação Urbana Simplificada do Isidoro.

Sempre motivada por interesse público e conforme previsto no Artigo nº 66 do Plano Diretor do Município (Lei Municipal nº 11.181/2019), a OUS destina-se a viabilizar os seguintes tipos de intervenções:

- Abertura de vias ou melhorias no sistema de circulação;
- Implantação de empreendimentos de interesse social e melhoramentos em assentamentos precários;
- Implantação de equipamentos públicos, espaços públicos e áreas verdes;
- Recuperação do patrimônio cultural;
- Proteção, preservação e sustentabilidade ambiental;
- Implantação de projetos de qualificação urbanística;
- Regularização de parcelamentos, edificações e usos;
- Fomento à conformação ou ao desenvolvimento de centralidades.

O Plano de Ocupação da Região da Izidora propõe instrumentos para viabilizar a inversão do modelo urbanístico previsto na legislação então vigente, mas que se

mostrou inadequado do ponto de vista da preservação ambiental: ocupação horizontal que ocupa grandes parcelas dos terrenos, de difícil controle da expansão, por um modelo verticalizado, com taxas de permeabilidade mais elevadas, assegurando e ampliando a preservação de áreas de relevância ambiental e garantindo a implantação de toda a infraestrutura urbana necessária para este adensamento.

De forma sintética, a Operação viabiliza um projeto urbanístico especial que permite um maior adensamento nas áreas propícias à ocupação; a transformação de grandes áreas vegetadas em parques e reservas ecológicas com acesso público; a manutenção e proteção de áreas vegetadas contínuas e integradas às áreas de proteção dos cursos d'água; a recuperação ambiental das áreas de preservação ambiental; a preservação das visadas de topo e de fundo de vale e a implantação de toda a infraestrutura necessária, como sistema viário, equipamentos urbanos e comunitários.

O processo de ocupação do território da Izidora para moradia, por sua vez, se iniciou em 2011, com a comunidade Helena Greco e, em 2013, os outros três assentamentos (Rosa Leão, Esperança e Vitória) começaram a ser constituídos de forma espontânea, com posterior envolvimento das Brigadas Populares (BP), do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do coletivo de advogadas Margarida Alves.

A partir das redes sociais, foi ainda criado o movimento Resiste Izidora, que obteve alcance nacional e tornou possível que diversas outras pessoas se envolvessem no caso.

Rosa Leão, Esperança e Vitória foram alvo de quatro ações judiciais de reintegração de posse¹ e, em 2014, a Recomendação nº 5 da

¹ Ação de Reintegração de Posse nº 2427246-06.2013.8.13.0024, distribuída em 24/07/13; Ação de Reintegração de Posse nº 2978891-13.2013.8.13.0024, distribuída 30/07/13; Ação de Reintegração de Posse nº 3042606-

29.2013.8.13.0024, distribuída em 08/08/13; Ação de Reintegração de Posse nº 3135046-44.2013.8.13.0024, distribuída em 03/09/13. Essas ações nunca foram executadas e em 20 de abril de 2017, o Superior Tribunal de Justiça

7ª Conferência Municipal de Habitação indica a “regularização das ocupações existentes na região do Isidoro transformando-as em AEIS 2”.

Logo em 2015, foi criada a Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e Conflitos Sociofundiários, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais e pelo governo estadual viabiliza o início do diálogo entre as lideranças da ocupação e os proprietários do terreno da Granja Werneck.

Em 2017, a Mesa de Negociação e Diálogo apresenta a “Proposta do Governo de Minas e da Prefeitura de Belo Horizonte para as Ocupações Esperança, Vitória e Rosa Leão (Região da Izidora) localizadas entre a Zona Norte de Belo Horizonte e o Município de Santa Luzia” e a rede Resiste Izidora lança um documento-resposta à proposta de negociação do poder público².

Em 2018, a Prefeitura instituiu o Decreto Municipal nº 16.888/2018, que reconhece as ocupações da Izidora, entre outros territórios do Município, como assentamentos de interesse social.

O decreto teve como objetivo (i) reconhecer a existência de conflitos fundiários e estimular a resolução dos conflitos; (ii) estabelecer medidas para evitar expansão do assentamento; (iii) levantar informações para caracterização dos assentamentos; e (iv) desenvolver estudos necessários à melhoria das condições ambientais, urbanísticas e de infraestrutura.

As quatro ocupações da Região da Izidora foram assim reconhecidas tendo em vista a relevância do conflito – porte, fragilidade ambiental da região, vulnerabilidade social, necessidade de controle da expansão – o que exige ação de ordenamento territorial e definição de políticas públicas, considerando os limites legais, financeiros e possibilidades orçamentárias do Município.

Foi instituído pela prefeitura Grupo de Trabalho interinstitucional com participação de vários órgãos (URBEL, SMPU/SUPLAN, SUREG, SUFIS, SUDECAP, SMMA, PGM, SMFA e SMOBI) com o objetivo de orientar ações para atuação pública nos novos assentamentos de interesse social, hoje reconhecidos como AEIS-2 no Plano Diretor, Lei nº 11.181/2019.

Para os quatro assentamentos da Izidora definiu-se a priorização para implantação imediata parcial dos serviços de água, energia elétrica e esgotamento sanitário. Como consequência, foram realizadas diversas vistorias e ações no território para definição das áreas consolidáveis pelos técnicos da comissão da PBH, com envolvimento das lideranças comunitárias e técnicos das concessionárias. O resultado do trabalho foi apresentado para representantes das ocupações pelo Presidente da URBEL e equipe da PBH, ficando as concessionárias responsáveis pela definição de cronogramas e diretrizes para execução dos serviços.

Ainda em 2018, foi firmado acordo entre a Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB Minas) e a Granja Werneck, por meio do qual a última recebe em permuta, um imóvel de propriedade da primeira (Fazenda Mazagão, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Sabará) em permuta pelo terreno que era alvo da ação de reintegração de posse (a Fazenda Werneck), onde vive grande parte das famílias da Ocupação Izidora.

A COHAB Minas passa a ser a titular dos direitos de propriedade da área ocupada e compromete-se a não realizar reintegração de posse em trâmite, permitindo que os ocupantes que hoje se encontram no imóvel

suspendeu a reintegração de posse das ocupações pela segunda vez.

(Fonte: Urbanismo Biopolítico, disponível [aqui](#))

² A proposta e a contraproposta podem ser encontradas nas seguintes páginas eletrônicas: [Resiste Izidora](#) e [Proposta Resiste Izidora](#).

lá permaneçam, na condição de detentores³.

Em 21 de dezembro de 2018, por fim, foi firmado o “Termo de Cooperação Técnica para Gestão de Áreas Públicas” entre o Município de Belo Horizonte e a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais. Considerando acordo firmado entre a COHAB e os proprietários, o contexto de fragilidade do território, o manifesto interesse social incidente sobre as áreas de ocupação informal da Izidora e o interesse comum do Estado e do Município de coibir o uso e ocupação desordenados do solo urbano, o documento foi assinado.

A partir de sua assinatura, o Município foi autorizado a exercer fiscalização, estender ações previstas no Decreto nº 16.889 e implantar equipamentos e ações relacionados à regularização dos assentamentos na área pública estadual existente na região.

O território da Izidora foi também incorporado no Programa Territórios Sustentáveis, iniciativa da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), da Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), da PBH.

A Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) fomenta a implantação e manutenção de sistemas agroecológicos por meio da doação de insumos e da capacitação técnica, com objetivo de: promover segurança alimentar e nutricional, a ação coletiva, a produção de alimentos saudáveis, a geração de renda e o desenvolvimento local sustentável, especialmente por meio da transformação

de áreas improdutivas em unidades de produção agroecológica.

O público de atendimento do programa consiste em coletivos autônomos e grupos de produção formados por mulheres, jovens, idosos, dentre outros. Nesse programa, o poder público municipal se coloca como indutor do desenvolvimento local a partir de ações participativas de segurança alimentar e nutricional, com foco na agricultura urbana e agroecologia. Para isso, são articuladas parcerias entre políticas públicas e iniciativas da sociedade com objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do território.

Durante o ano de 2018, ocorreu a implantação desse programa nas ocupações a partir de um projeto piloto que foi desenvolvido no ano de 2017 pela SUSAN. A primeira ação realizada, conforme estratégia de inserção das famílias no programa, foi o mapeamento dos quintais produtivos da Izidora. Com isso, foi possível realizar atendimentos pontuais para distribuição de mudas frutíferas, orientações técnicas e fornecimento de kits de jardinagem.

Essa ação buscou promover a disseminação das práticas agroecológicas de plantio e estratégias de comercialização e, assim, propiciar a geração de renda, melhorar a qualidade de vida das pessoas envolvidas, diversificar a produção e alimentação, fomentar a produção, reduzir o consumo de água e aumentar a biodiversidade local. A ação posterior foi o enriquecimento de áreas destinadas à formação de agroflorestas, assim como a delimitação trabalho contínuo das hortas coletivas do Esperança e da Rosa Leão.

³ Fonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, disponível [aquí](#).

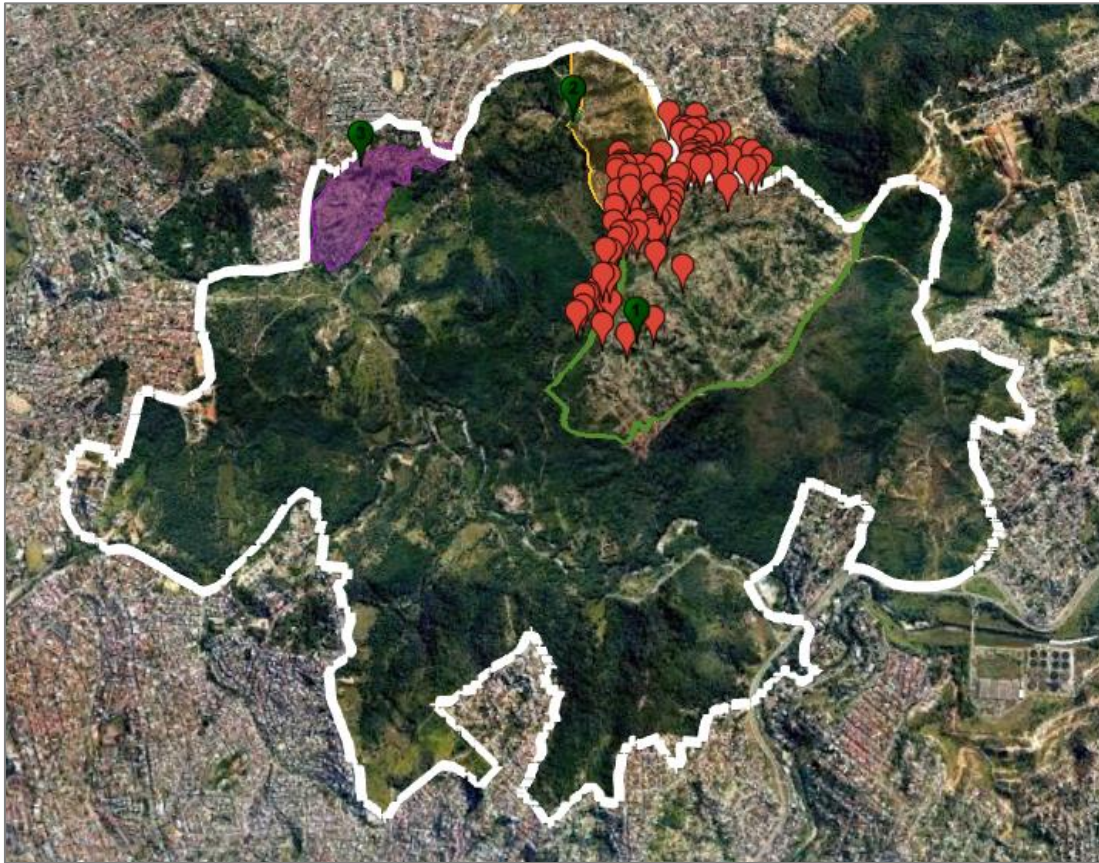


Figura 1: Mapeamento quintais produtivos Vitória e Esperança (vermelho) e localização (verde) das Hortas Coletivas das Ocupações Vitória (1), Esperança (2) e Rosa Leão (3) (Fonte: SMASAC, 2020)

Por fim, em 2019, ainda com objetivo de investir em ações que possibilitem melhorias para a população residente das ocupações, a Prefeitura de Belo Horizonte instalou um Centro de Referência Urbana para atender a população da Izidora. Visando estabelecer a presença do Estado no local, ampliar o diálogo, a oferta de serviços públicos e o controle sobre a expansão urbana, promoveu-se, em novembro desse ano, a instituição do Centro de Referência Urbana (CREURB), equipamento de apoio institucional no território.

A equipe atuante no CREURB é intersetorial, sendo composta por técnicos da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU) contado com apoio de outros órgãos, como Subsecretaria Municipal de Fiscalização (SUFIS), Secretarias Municipais de Educação (SMED),

Meio Ambiente (SMMA) e Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), etc.

O objetivo do CREURB é dar estrutura de apoio às políticas públicas que atuam no território, ampliar o diálogo com a população local e conter o processo de expansão territorial. Com a instalação física de um centro de apoio da Prefeitura no território, algumas ações vêm sendo desenvolvidas:

A. Programa Endereço Cidadão

Criado a partir do Decreto nº 17.232/2019, a certidão de endereço temporária é emitida pela Secretaria Municipal de Política Urbana e identifica a localização geográfica do imóvel no ordenamento numérico, sem implicação de reconhecimento de regularidade urbanística, edificação, de posse, propriedade, estabilidade estrutural ou geológica.

A partir do endereço, o cidadão tem acesso aos serviços prestados pelo SAMU, Corpo de Bombeiros, CEMIG, COPASA, Polícias Militar e Civil e recebimento de correspondências e encomendas.

B. Melhoria do sistema de coleta de resíduos das ocupações

Foram realizados mutirões de limpeza, capina, remoção de entulhos e limpeza dos córregos recolhendo mais de 437.000 toneladas de resíduos.

Também houve instalação de cestos coletores comunitários para a correta disposição dos resíduos nas ocupações Esperança e Rosa Leão, realização de campanhas educativas, de oficinas de compostagem doméstica, atividades de mobilização e proteção do meio ambiente.

C. Melhorias nos serviços de saúde

Em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde foi dado início ao atendimento médico dentro da Ocupação Vitória, a maior em extensão territorial, com uma equipe de enfermeiros que vem realizando cadastro e atualização de vacinas na população.

Além disso, o Centro de Saúde que se encontra mais próximo das outras ocupações (Centro de Saúde Zilah Spósito) está sendo reformado para ampliação da equipe e dos consultórios para atendimento. Enquanto as obras ocorrem, foi destinado um horário específico para atendimento das famílias das ocupações que são levadas até lá por vans de transporte da própria prefeitura.

Um novo Centro está sendo construído próximo a outros equipamentos que atendem as ocupações. Enquanto as obras não são finalizadas, foi disponibilizada uma linha especial e gratuita para a Região da Izidora, com rota e horário regulares, para realizar o transporte dos moradores até os três centros de saúde municipais do entorno.



Figura 2: Panfleto divulgação transporte centro de saúde (Fonte: ASCOM PBH)

D. Ações de monitoramento no território

Ações da equipe de fiscais da Prefeitura de Belo Horizonte, juntamente com a Guarda Municipal, vem ocorrendo no território objetivando conter os loteamentos clandestinos e a expansão desordenada das ocupações para não só minimizar os impactos ambientais, mas também para que seja possível uma gestão dos vazios remanescentes para construção de equipamentos coletivos e espaços públicos para atendimento da população local.

E. Ações de mitigação de impactos devido ao COVID-19

Desde 17 de março de 2020, quando ainda eram incipientes os casos de pessoas contaminadas no Município, decretos, medidas temporárias e programas de comunicação e auxílio vêm sendo desenvolvidos para alcançar a todos os belo-horizontinos.

Além das ações para reduzir a circulação de pessoas, a PBH voltou sua atenção à população mais carente criando ações territoriais voltadas aos assentamentos informais e às famílias de mais baixos

ingressos. Sendo a informação uma das maiores aliadas nesse momento emergencial, a Prefeitura organizou uma frente exclusiva de comunicação para as vilas, favelas e ocupações.

Preocupados com a linguagem acessível assim como com disponibilizar outros meios que não a leitura para abranger toda a população, a equipe da PBH vem produzindo panfletos físicos e virtuais, vídeos e animações informativas quanto a medidas de higiene, sobre quando procurar os centros de saúde, sobre como acessar os programas da prefeitura de assistência social, dentre outros assuntos.

Também desde março são distribuídos mensalmente kits de higiene às famílias inscritas no CadÚnico, além de cestas básicas para diversos públicos residentes em assentamentos de vulnerabilidade, que inclui a Região da Izidora e famílias com alunos matriculados na rede municipal de educação.

F. Ações de mitigação de risco

Com intuito de amenizar erosões causadas por água servida e chuvas e manter o acesso de veículos durante o período chuvoso a equipe do CREURB vem realizando intervenções paliativas de contenção em vias e encostas.

Além disso, a equipe do CREURB atuou no desenvolvimento de ações previstas no Programa Estrutural em Áreas de Risco (PEAR) no território, incluindo a realização das vistorias de imóveis de risco, orientações aos moradores sobre situações de risco a serem monitoradas, indicação de remoção das famílias cujos imóveis apresentavam situação de risco.

As ações também incluíram o acompanhamento social e o encaminhamento das famílias para os programas de acolhimento provisório, como o Bolsa Moradia e o Programa de Abono Pecuniário Habitacional.



Figura 3: Lançamento de material frisado em via, Ocupação Rosa Leão (Fonte: CREURB, 2020)



Figura 4: Implantação de contenção tipo gabião, Ocupação Rosa Leão (Fonte: CREURB, 2020)

A interação com a população das ocupações da Região da Izidora leva em conta a organização prévia à constituição do CREURB, que conta com a coordenação dos movimentos de luta por moradia que impulsionaram a ocupação.

Os coordenadores dos movimentos de luta pela moradia na região são mediadores de uma série de demandas que chegam ao CREURB. Atuam ativamente na solicitação de serviços, e no repasse de informações, tanto da prefeitura para a população, quanto da população para a prefeitura.

Já foram realizadas algumas reuniões com essas lideranças para apresentação da equipe, para verificação de demandas, bem como, visitas conjuntas nas ocupações para identificar os locais com maior necessidade de obras.

As lideranças também têm exercido importante papel no apoio ao planejamento

e desenvolvimento das ações no território, visto que as contribuições e a participação das mesmas possibilitam à equipe um conhecimento mais amplo das demandas e da realidade local. Atuam ainda no apoio da mobilização social para realização da identificação cadastral dos imóveis, na indicação de imóveis em situação de risco geológico etc.

A atuação no território ao longo do ano de 2020, principalmente nas atividades de reconhecimento, verificação de demandas por obras, vistorias em áreas de risco, e identificação cadastral dos imóveis, possibilitou a ampliação do contato direto com a população.

A equipe técnica porta consigo, nas saídas a campo, um material com os contatos e um breve texto esclarecendo sobre sua atuação, e distribui sob demanda nos contatos com a população, além da disponibilização do contato do CREURB por meio site da prefeitura e por meio do protocolo entregue ao morador no ato da selagem (identificação cadastral).

A proximidade da sede do Centro de Referência Urbana do território também favoreceu a ampliação do contato direto

com a população, uma vez que facilita o comparecimento dos moradores do território.

A existência de transporte gratuito, inicialmente destinado ao atendimento de demandas relativas à atuação da equipe do Centro de saúde do bairro Zilah Spósito que atende na sede do CREURB, mas agora ampliado para o atendimento de demandas relativas à equipe do CREURB, foi mais um impulsionador para a ampliação do contato direto com a população. O micro-ônibus que realiza esse transporte tem pontos de parada em todas as ocupações, e o ponto de parada na Ocupação Vitória atende a população no acesso à sede do CREURB.

Esses contatos diretos permitirão ampliar a participação popular, identificar novas lideranças, grupos sociais existentes no território, potenciais interessados em compor grupos temáticos e/ou grupos de referência, além da criação de espaços e condições capazes de propiciar o envolvimento dessas pessoas em atividades direcionadas à solução de problemas de interesse geral e ao planejamento participativo das ações futuras.

2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

2.1. Componente 1

A. Afetados ou suscetíveis de serem afetados pelo Programa

- Moradores e comerciantes das áreas de abrangência das intervenções que receberão diretamente ou indiretamente os benefícios das intervenções, mas que também sofrerão os impactos durante a execução das obras;
- Moradores das áreas de influência direta das bacias que, além de impactos e benefícios das obras, devem ser envolvidos também na apropriação do território pós intervenção⁴;
- Moradores, proprietários de imóveis e comerciantes da área que demanda deslocamento involuntário, especificamente na área do Córrego do Capão, cujas ações de comunicação, participação e de minimização das perdas serão tratadas no “Marco da Política de Reassentamento”;
- Moradores das áreas do entorno de onde será implantado às modalidades de reassentamento previstas no Marco;
- Atores sociais diversos, atuantes nos territórios da intervenção, como o movimento “Eles Passarão, Eu Vilarinho” e o CBH Rio das Velhas, identificados como representante da comunidade atingida pelas chuvas na

região, que serão mapeados e envolvidos no processo participativo, conforme será adiante detalhado neste documento;

- Núcleo de Alerta de Chuva (NAC) que atua na região.

B. Partes que podem ter interesse no Programa

É importante destacar que, pela dimensão das intervenções previstas no Componente 1 e pela importância dos impactos esperados, como forma de minimizar os efeitos, a intervenção apresenta um grande conjunto de atores sociais, que devem ser informados, mesmo que em níveis diferenciados de aprofundamento ao longo do desenvolvimento do Programa, com relação ao projeto e suas etapas.

Destaca-se aqui os mais significativos, mas o processo de mobilização e participação comunitária fará, como uma de suas ações iniciais, uma maior investigação e detalhamento desses atores. Assim, são partes interessadas no projeto, ainda que não estejam diretamente envolvidas na área de abrangência das intervenções previstas no Componente 1, preliminarmente:

- Conselho Municipal de Saneamento (COMUSA) e de sua Comissão Popular de Acompanhamento;
- COMUPRA e o Movimento Deixa o Onça Beber Água Limpa;

⁴ Ao mencionar-se o envolvimento da comunidade local na apropriação dos espaços reestruturados pós-intervenção, especificamente para o Componente 1, ressalta-se que para as áreas das bacias de detenção usualmente não são incentivados usos pela comunidade de entorno. As ações de manutenção e de inibição de ocupação irregular deveriam ser intensificadas caso as áreas das bacias de detenção fossem abertas para a

comunidade. Além dos riscos de acidentes e fatores ligados à segurança pública. A mobilização com os moradores do entorno deve considerar, portanto, as medidas de prevenção e a possibilidade de usos pela comunidade apenas nas áreas dos reservatórios profundos, onde está prevista a implantação de praças. Tal questão será discutida com a comunidade que acompanhará o desenvolvimento dos projetos.

- Projeto Manuelzão;
- Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA);
- CEMIG, GASMIG, empresas de telecomunicações;
- Defesa Civil Municipal.

2.2. Componente 2

A. Afetados ou suscetíveis de serem afetados pelo Programa

Entende-se que aqueles diretamente afetados pelo projeto são todos os moradores das ocupações urbanas da Izidora, que receberão os benefícios das intervenções propostas e que devem ser parte do processo de discussão sobre sua concepção, detalhamento das intervenções e sua implementação. No entanto, devido às necessidades habitacionais e sociais que poderão ser impostas pelo processo de deslocamento involuntário, devem ser destacados:

- Moradores das ocupações que serão afetados pelo processo de deslocamento involuntário, com foco para aqueles que residem em regime de ocupação diferente de próprio (aluguel ou cessão);
- Comerciantes das ocupações, especialmente aqueles afetados pelo processo de deslocamento involuntário;

Em função dos impactos que podem ser causados durante a realização das intervenções e das implicações previstas a partir da consolidação das ocupações, são também partes afetadas pelo projeto, a serem consultadas durante o desenvolvimento do Programa:

- Os moradores e comerciantes dos bairros vizinhos ao projeto, localizados

no Município de Santa Luzia;

- Os moradores e comerciantes dos bairros vizinhos ao projeto, localizados no Município de Belo Horizonte;
- Os proprietários de glebas vazias no entorno do território.

É importante ressaltar que o processo de mobilização e participação comunitária fará, como uma de suas ações iniciais, uma investigação de outros atores que precisam ser consultados.

B. Partes que podem ter interesse no Programa

Destacam-se como partes interessadas no projeto, ainda que não estejam diretamente envolvidas na área de abrangência das intervenções previstas no Componente 2, preliminarmente:

- Conselho Municipal de Habitação (CMH), enquanto instância deliberativa das diretrizes para intervenções em vilas, favelas e assentamentos irregulares;
- Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR);
- Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM);
- Governo do Estado de Minas Gerais;
- Movimentos de luta por moradia e reforma urbana: Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Brigadas Populares (BP), Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular e Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁵;
- Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG);

⁵ Os três movimentos tiveram importante atuação na história das ocupações, mas hoje tem uma ação mais esporádica no território

- Prefeitura Municipal de Santa Luzia;
- Loteadores, empreendedores imobiliários e agentes da construção civil com interesse na região;
- Possíveis representantes do movimento Resiste Izidora, que também teve ação relevante na história das ocupações.

É importante ressaltar, novamente, que o processo de mobilização e participação comunitária fará, como uma de suas ações

iniciais, um aprofundamento dos outros atores que precisam ser consultados, ao longo do desenvolvimento do Programa.

Considerando as partes interessadas aqui indicadas, apresenta-se a seguir o quadro de necessidades para viabilizar a participação, mas de forma preliminar, visto que a identificação de tais necessidades será reforçada no diagnóstico da participação social que será realizada para cada componente no início do respectivo contrato de Trabalho Social.

Tabela 3: Necessidades das partes interessadas do Programa

COMUNIDADE	GRUPO DE PARTES INTERESSADAS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	MEIOS DE NOTIFICAÇÃO PREFERIDOS	NECESSIDADES ESPECÍFICAS
Área de influência das bacias do Componente 1	Moradores das áreas de intervenção	Número estimado 7.250 habitantes	Mobilização porta a porta, assembleias e reuniões com moradores por território, comunicação através de material informativo distribuído porta a porta e em lugares de grande circulação de pessoas;	Atividades realizadas a noite ou em finais de semana, fora do horário de trabalho;
	Atingidos por deslocamentos involuntários	Cerca de 40 famílias		Reuniões e atividades respeitando a distribuição geográfica da comunidade;
Ocupações da Região da Izidora Componente 2	Moradores da Izidora	Cerca de 12.492 pessoas	Mecanismos alternativos de comunicação, considerando o isolamento social.	Reuniões separadas para público morador e público atingido por deslocamentos involuntários;
	Atingidos por deslocamentos involuntário	Cerca de 900 famílias		Presença de monitores/atividades para crianças durante as reuniões.

3. PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

3.1. FINALIDADE E CALENDÁRIO DO PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

3.1.1. Diretrizes

A execução dos serviços propostos nos componentes do Programa de Redução de Riscos de Inundações e Melhorias Urbanas na Bacia do Ribeirão Isidoro será acompanhada do Trabalho Social de mobilização, comunicação, informação e incentivo à participação comunitária. Essas ações têm a função de garantir o envolvimento das populações afetadas e dos diversos atores caracterizados como parte interessada nos respectivos projetos.

Inicialmente, apresentar-se-á de forma genérica às diretrizes do Trabalho Social que é desenvolvido pela Prefeitura de Belo Horizonte para acompanhamento de intervenções urbanísticas, para posteriormente detalhar-se as ações específicas para cada um dos componentes.

O Trabalho Social de acompanhamento das intervenções pode ser definido como um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos, diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária. Ele leva em conta as características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social das partes interessadas e/ou afetadas, em articulação com as demais políticas públicas. Contribui-se, dessa forma, para a melhoria da qualidade de vida da comunidade e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados, além do pleno diálogo e fluxo de informações relativos à execução das obras.

Percebe-se que o objetivo geral do Trabalho Social é promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação

dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção. Para alcançar esse objetivo, o Trabalho Social é estruturado e desenvolvido através de um conjunto de ações que serão abaixo identificadas.

A. Ações de Mobilização, organização e fortalecimento social

Prevê processos de mobilização, formação e capacitação da população beneficiária, visando promover a autonomia e o protagonismo social, bem como: o fortalecimento das organizações existentes no território, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social, voltados para viabilizar a apropriação e engajamento da comunidade e seus representantes em todas as etapas da intervenção.

Entende-se que com essas ações será viabilizada a abertura de canais de transparência e comunicação com a comunidade, através da identificação e mobilização dos diversos atores sociais presentes no território. Será igualmente viabilizada a criação de novos grupos representativos, concomitante às estratégias de formação e de apropriação de diretrizes relevantes para as intervenções.

Nesse sentido, espaços de escuta para as contribuições sobre as intervenções previstas são criados com efetiva participação comunitária nas suas definições e na implementação de suas etapas. Com isso, viabiliza-se o fluxo de informações que permite a compreensão e reduz as vulnerabilidades e a assimetria informacional.

É importante destacar que nas ações de fortalecimento social, serão desenvolvidas ações voltadas para a igualdade de gênero, com o empoderamento e formação de lideranças femininas. Para tal, é necessária a proporcionalidade em eventos e atividades previstos no Trabalho Social, aliados à mecanismos que permitirão sua efetiva

participação de mulheres nas atividades e capacitações como, por exemplo, viabilização de estrutura de cuidados com as crianças durante tais atividades.

Para essa diretriz, a presença de equipe social local, com implantação ou fortalecimento de escritório social, é fundamental como espaço de escuta, de informação e de entrosamento com a comunidade. Como será adiante apresentado, faz parte da estratégia de participação no Programa a criação de escritório social para o Componente 1 e a atuação do CREURB como centro de referência do projeto para o Componente 2.

B. Ações de Acompanhamento e gestão social da intervenção

Visa promover as ações sociais necessárias para a consecução da intervenção. Inclui o acompanhamento, a negociação e interferências ocorridas ao longo da sua execução, além de buscar minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários e evidenciar os ganhos ocasionados ao longo do processo, contribuindo para sua implementação.

Tais ações buscam ainda manter um fluxo de informações constante com os atingidos e interessados, em linguagem, métodos e tempos compatíveis com o andamento da intervenção e com as partes interessadas.

São previstas também ações para viabilizar canais de transparência e comunicação com a comunidade, uma vez que constitui importante estratégia do Trabalho Social, já no início da intervenção, formar o Grupo de Referência da Intervenção (GR), formados por moradores da área direta de influência das intervenções, que acompanhará todas as fases do empreendimento e que, sobretudo, reforçará a interface entre comunidade direta e indiretamente afetada e o poder público.

Para tanto, os membros do GT serão capacitados em oficinas, cursos, participarão do acompanhamento das definições de concepções e de monitoramento do desenvolvimento dos projetos, e

futuramente das reuniões de canteiro acerca do andamento da obra e demais atividades necessárias ao entendimento da intervenção e, em especial, a possibilidade desses membros replicarem informações na comunidade.

O acompanhamento da intervenção pelo GR deve contar com reuniões mensais ordinárias, para fornecimento de informações sobre acompanhamento do cronograma do projeto e das obras; com caminhadas de reconhecimento da intervenção e suas etapas; com encontros e mobilizações em eventos e situações de destaque na obra; com visitas e troca de experiência com outras comunidades que receberam intervenções semelhantes; dentre outras. A intenção é manter o GR ativo e atuante desde antes do início das intervenções físicas até a sua conclusão, acompanhando também o período de Trabalho Social pós obra, que será adiante esclarecido.

Além do acompanhamento detalhado das intervenções pelo Grupo de Referência, prevê-se a realização de assembleias e reuniões comunitárias, cujo objetivo é informar e dialogar com a comunidade acerca da intervenção. Nessas ocasiões, utilizar-se-ão métodos de comunicação e informação com linguagens alternativas, que visem alcançar o maior número de pessoas e seus representantes.

Tal estratégia de comunicação será desenvolvida considerando as características das intervenções previstas para o Componente 1 e para o Componente 2, bem como as partes afetadas e interessadas de cada componente. Significa dizer que faz parte das diretrizes do trabalho a ser desenvolvido considerar para cada componente suas especificidades, conforme será descrito nos próximos tópicos.

Para detalhar a estratégia de comunicação utilizada de forma geral, os materiais de comunicação utilizados envolvem:

- Cartilhas e folhetos;

- Jornal semestral de andamento da intervenção;
- Faixas e cartazes em locais de grande circulação;
- Banners, apresentações PowerPoint e outros meios para facilitar a comunicação e apreensão das informações nas reuniões de acompanhamento da obra;
- Folhetos informativos de reuniões e atividades, distribuídos através de mobilização porta-a-porta;
- Cartilhas específicas para segurança de obra e cuidados em transitar nos trechos em que os serviços se encontram em execução;
- Uso de peças de teatro ou mobilizações artísticas para tratar de temas específicos;
- Informações disponíveis no escritório social, de fácil acesso para a comunidade.

Para o público atingido com deslocamentos involuntários, será utilizado também material informativo sobre o processo de remoção e reassentamento, que inclui:

- Cartilhas informativas sobre o processo de cadastro, avaliação dos imóveis e demais etapas do processo de remoção;
- Folders informativos sobre inclusão no Programa Bolsa Moradia, inclusive para orientar o processo de escolha de imóvel a ser alugado;
- Cartilhas e informativos apresentando detalhamento dos imóveis a serem construídos para fins de reassentamento;
- Cartilhas sobre vivência em condomínio e gestão condominial.

Dois outros conjuntos de ações são também desenvolvidos de forma concomitante e complementar, e são importantes para consolidar a compreensão e apropriação das intervenções. São eles: (i) Ações de Educação Ambiental e Patrimonial e (ii) Ações de Desenvolvimento Socioeconômico, apresentados nos próximos itens.

C. Ações de Educação Ambiental e Patrimonial

Tais ações visam promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável. Fortalece-se, assim, a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção.

Nesse sentido, são realizadas oficinas de educação ambiental, palestras, travessias, visitas orientadas, campanhas e demais ações, tendo em vista uma ação educativa e transformadora, conciliada com a participação comunitária. Trata-se de um processo que permeia todo o desenrolar do empreendimento e no qual a comunidade não só expõe seus problemas e questões atinentes à temática ambiental (como por exemplo: lançamento indevido de lixo e entulho, poluição de cursos d'água, dentre outros), como também é convidada a construir proposta de ação com vistas à promoção da saúde e do meio ambiente equilibrado.

Cabe destacar que as intervenções físicas oriundas do empreendimento (abertura de vias, melhorias na infraestrutura urbana, as áreas onde serão implementadas as bacias, etc.) são alvo de um trabalho de educação patrimonial com vistas a contribuir na apropriação do patrimônio e novo espaço de moradia.

D. Ações de Desenvolvimento Socioeconômico

O outro conjunto de atividades se relaciona ao Desenvolvimento Socioeconômico da região onde se localizam as intervenções. Seu objetivo é a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social.

Em síntese, procura-se promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, além de criar condições para o desenvolvimento territorial de médio e longo prazo. Essas ações têm impactos importantes na sustentabilidade e apropriação das intervenções, como será indicado para cada componente.

Neste eixo, a comunidade é alvo de uma pesquisa que almeja conhecer as suas potencialidades profissionais e empreendedoras. O resultado dessa pesquisa é o diagnóstico socioeconômico, que, além de ter como fonte de dados a própria comunidade que será cruzada com o estudo de mercado na região de abrangência das intervenções, propiciará construir conjuntamente com essa população ações e atividades de qualificação profissional e geração de trabalho e renda.

Trata-se de um eixo no qual há grande articulação com a comunidade, com instituições públicas e privadas presentes no território, como também com as demais políticas públicas setoriais.

As atividades previstas para a mobilização social, gestão participativa dos empreendimentos e gestão da intervenção obedecem a uma definição de tempos relativos às etapas da intervenção. Assim, as atividades demandam estratégias diferenciadas para cada etapa e devem considerar as características das intervenções previstas em cada um dos componentes. Inicialmente, serão apresentados nos itens a seguir os três tempos de atuação do Trabalho Social de engajamento das partes interessadas.

Fase de pré-obras: trata-se do período em que ocorre o início do trabalho de mobilização social com o repasse de informações sobre a intervenção e do próprio Trabalho Social.

Nessa fase serão discutidos e desenvolvidos os projetos das intervenções, com a participação da comunidade e das partes interessadas. Ela é precedida da identificação dos atores sociais e de fomento a outras formas de participação, com definição de estratégias para ampliação da participação na definição e desenvolvimento e/ou execução e detalhamento dos projetos executivos, considerando as especificidades de cada território, em cada um dos componentes do Programa.

Aqui, o escritório social local será implementado (no caso do Componente 1) e reforçado (no caso do CREURB, do Componente 2, com a entrada do contrato social de acompanhamento dos projetos e posteriormente da intervenção).

Fase de obras: refere-se ao acompanhamento da intervenção física (obras), em que será implementado o plano de comunicação e informação detalhada do seu andamento, e os encaminhamentos das situações geradas no dia a dia da execução das obras. Será também a fase de implementação das propostas de ações sociais dos demais eixos descritos (ambiental e desenvolvimento econômico).

Fase de pós-ocupação: refere-se ao período imediatamente após o término das obras e tem duração prevista de no mínimo seis meses. Importante destacar que o escritório social continua no território, efetivando ações de monitoramento e avaliação da intervenção. São ainda realizadas ações de reconhecimento e apropriação das intervenções físicas, plantões e reuniões para esclarecimentos de dúvidas sobre as unidades habitacionais e sobre as obras. Dá-se prosseguimento às atividades de fomento à participação e controle social, dentre inúmeros outros, para concluir o

empreendimento e sobretudo, mensurar os resultados obtidos.

Considerando os conceitos aqui apresentados e as características de cada um dos componentes, apresenta-se o plano de ação preliminar para o envolvimento das partes interessadas para cada um dos componentes nos tópicos seguintes.

3.2. FINALIDADE, ESTRATÉGIA E CALENDÁRIOS DE CONSULTA E DIVULGAÇÃO PARA O COMPONENTE 1

Para o Componente 1, é necessário considerar que a concepção das intervenções decorre de diretrizes já discutidas junto ao COMUSA e junto às entidades representantes da comunidade local, conforme apontado no presente documento.

Assim, o planejamento de divulgação e envolvimento da comunidade e das partes interessadas envolve: o repasse de informações sobre a intervenção proposta e seu cronograma; o acompanhamento durante o desenvolvimento dos projetos; o acompanhamento das intervenções físicas e ações de apropriação; e, por fim, a definição de usos e estratégias de preservação e convivência com os espaços que receberão as bacias e reservatórios previstos para esse componente.

Adequando o calendário do projeto com os tempos do Trabalho Social descritos no

tópico anterior, os seguintes tempos são definidos: pré-obra, execução das obras e pós-obras, detalhados nos itens de “A” a “C” a seguir.

A. Tempo pré-obra

Corresponde ao início do Trabalho Social até o início das obras, passando, portanto, das informações iniciais à comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento dos projetos e implementação do Plano de Ação de Reassentamento.

Essa fase envolve a elaboração e discussão com a comunidade dos planos de comunicação, de educação ambiental e de desenvolvimento econômico, além da aplicação dos instrumentos de pesquisa para definição do marco zero.

B. Tempo de execução das obras

Fase que envolve toda a execução física das intervenções e a conclusão da implementação do Plano de Ação de Reassentamento. Nela ocorrem a implementação das ações de comunicação, educação ambiental e desenvolvimento econômico;

C. Tempo pós obra

Fase de ações sociais de apropriação do espaço pós intervenção. Envolve a conclusão das ações de comunicação, educação ambiental e desenvolvimento econômico, além da aplicação dos instrumentos de pesquisa para aferição dos benefícios alcançados.

Tabela 4: Quadro síntese das ações de engajamento previstas para o Componente 1

TEMPOS	EIXO DE AÇÃO	AÇÃO PROPOSTA	MEIOS PREVISTOS PARA A REALIZAÇÃO DAS AÇÕES PROPOSTAS
Pré-obra	Mobilização e comunicação.	<p>Ações de mobilização dos atores sociais já existentes;</p> <p>Levantamento de outros atores sociais relevantes;</p> <p>Ações de incentivo à criação de novos atores e grupos sociais, inclusive grupos setoriais que possam ampliar a capacidade de participação e de escuta, com atenção especial à criação de grupos representativos das questões de gênero (grupos de mulheres, jovens, grupos produtivos, etc.).</p>	<p>Diagnóstico/levantamento de lideranças e de grupos sociais atuantes no território;</p> <p>Percepção de potenciais participativos no território e de grupos com maior vulnerabilidade ou dificuldade de participação, para criação de grupos temáticos de participação, com linguagem e estratégias apropriadas para garantir a redução da assimetria informacional;</p> <p>Escuta da comunidade e das lideranças;</p> <p>Assembleias ampliadas⁶ com a comunidade local, a serem organizadas por território de abrangência de cada bacia, para informar sobre o projeto, suas fases e etapas;</p> <p>Preparação de materiais informativos (com diversidade de modelos, conteúdos e linguagens) sobre as intervenções, suas etapas e cronogramas, e principalmente sobre os canais de esclarecimentos de dúvida e de participação;</p> <p>Desenvolvimento das estratégias de comunicação a partir do conhecimento mais aprofundado da comunidade e de suas características;</p> <p>Composição de GR do empreendimento, de forma setorial e representativa considerando os trechos de implementação de cada uma das bacias;</p> <p>Oficinas de apropriação e discussão das diretrizes do projeto;</p> <p>Abertura de canais de reclamação e de solicitação de informações, especialmente o escritório local da intervenção, com equipe social e física dedicada ao recebimento de dúvidas e repasse de informações, facilitando o acesso da comunidade local às informações sobre a obra.</p>
Pré-obra e durante as obras	Organização social e fortalecimento comunitário.	<p>Processos de capacitação e formação das lideranças identificadas no território;</p> <p>Processo contínuo de formação, capacitação e envolvimento do GR para acompanhamento dos projetos e das intervenções;</p> <p>Processo de formação e fortalecimento de lideranças femininas.</p>	<p>Cursos, oficinas, visitas técnicas, participação nas atividades do empreendimento, inclusive reuniões sobre concepção dos projetos, reuniões de canteiro das obras.</p>
Durantes às obras	<p>Acompanhamento e gestão social da intervenção (mobilização e comunicação social);</p> <p>Educação ambiental e patrimonial;</p> <p>Desenvolvimento econômico.</p>	<p>Fluxo constante de informação sobre a intervenção e seu andamento, estratégias de minimização de seus impactos junto às comunidades diretamente afetadas.</p>	<p>Informativos diversos sobre andamento da obra e suas etapas;</p> <p>Atividades de manutenção e informação do GR;</p> <p>Fluxo constante de recebimento, registro e resposta de reclamações e queixas sobre a obra e seus impactos;</p> <p>Atividades de educação ambiental;</p> <p>Atividades de desenvolvimento econômico.</p>
Pós obra	<p>Organização social e fortalecimento comunitário;</p> <p>Educação ambiental e patrimonial;</p> <p>Desenvolvimento econômico.</p>	<p>Consolidação da rede de lideranças e atores sociais da intervenção;</p> <p>Ações de uso adequado dos espaços pós obra;</p> <p>Formação de redes de serviços locais.</p>	<p>Consolidação do GR como grupo de monitoramento e acompanhamento da apropriação da intervenção;</p> <p>Oficinas, cursos e ações de apropriação do espaço;</p> <p>Atividades de desenvolvimento econômico.</p>

⁶ Considerando o cronograma das intervenções, o Trabalho Social inicia-se em maio de 2021, quando será concluída sua licitação para a fase 1 do Programa, relativa à TR 10 anos. Não é possível prever, ainda, em qual fase do isolamento social em decorrência da pandemia do Coronavírus a cidade estará, em função da perspectiva de imunização da população. Assim, ao usar aqui o termo “assembleia”, faz-se referência aos processos informativos que visam maior alcance de pessoas, com convite e incentivo à população em geral.

3.3. FINALIDADE, ESTRATÉGIA E CALENDÁRIOS DE CONSULTA E DIVULGAÇÃO PARA O COMPONENTE 2

Para os empreendimentos do Componente 2, é importante destacar que o Trabalho Social e engajamento comunitário para os moradores da região é um dos objetivos do próprio componente, juntamente com as intervenções urbanísticas. Na fase de elaboração de projetos, será desenvolvido um plano de mobilização social cujo objetivo é garantir que a comunidade possa efetivamente participar da elaboração dos produtos a serem desenvolvidos.

O engajamento comunitário tem um objetivo além da viabilidade da intervenção, que é o acordo mútuo de um ordenamento urbanístico e territorial para a área da ocupação.

Além disso, é importante reconhecer o histórico de luta pela ocupação e pelo direito da permanência no território, em condições adequadas de inserção no meio urbano, razão pela qual a concepção das intervenções deve ser resultado de um processo diferenciado de engajamento e participação não só da comunidade, mas também das demais partes interessadas.

Ainda com referência ao processo de participação e mobilização comunitária existente desde a instalação da ocupação, o Trabalho Social para a Região da Izidora tem como desafios:

- i. O fortalecimento e reconhecimento da rede de lideranças já existentes que atuam na área, representando cada uma das quatro ocupações do território (Vitória, Esperança, Rosa Leão e Helena Greco);
- ii. A consolidação da rede de lideranças na construção de um senso de consolidação territorial, suplantando a visão voltada para questões específicas de cada território para construção de uma visão mais ampla e unificada, que será fundamental para a

sustentabilidade do território pós intervenção;

- iii. A ampliação da participação direta da comunidade que, apesar da legitimidade e do histórico de atuação de suas lideranças, precisam de canais diretos de participação, de escuta e de compreensão do que se propõe para o território;
- iv. A garantia de que a comunidade efetivamente participe da discussão de projetos e da concepção urbanística que será implementada na região, sendo necessário, para tal, que ocorram capacitações e fluxo de informações que reduzam a assimetria informacional quanto aos mecanismos urbanísticos a serem acionados para a urbanização do território.

Com esses desafios e premissas, o plano de comunicação para o desenvolvimento dos projetos passará pelas fases descritas nos itens seguintes.

A. Tempo pré-obra

Essa fase corresponde ao início do Trabalho Social até o início das obras, passando, portanto, das informações iniciais à comunidade sobre a proposta, às ações de fortalecimento da rede social existente; ao fomento a outras formas de associativismo; à discussão sobre temas transversais do projeto a ser desenvolvido; aos mecanismos de participação efetiva no desenvolvimento do projeto; e ao desenvolvimento do projeto urbanístico com a participação comunitária.

Aqui cabem dois destaques quanto à estratégia de envolvimento comunitário no desenvolvimento do Programa. O primeiro destaque diz respeito à garantia de engajamento e participação comunitária plena, sendo necessária a ampliação das interlocuções locais. Pretende-se, assim:

- Fortalecer as lideranças já existentes e construir vínculos sociais para discussão do Programa como um todo, que respeite a especificidade de cada ocupação dentro do território, mas que

consolide a visão de um grupo único que represente toda a Ocupação Izidora;

- Levantar outros potenciais participativos, que podem ser encontrados a partir de outros olhares e outros interesses, o que permite a criação de outros grupos de representação e de participação. Por exemplo, a criação de fomento de grupos de jovens, de mulheres, de pessoas já envolvidas nas ações em curso no território como, tal como os grupos já criados para acompanhamento do Programa Territórios Sustentáveis, entre outros⁷;
- Criar o Grupo de Referência do Programa, já apresentado neste documento, poderá funcionar como uma junção dos vários grupos de liderança e grupos temáticos.

O segundo destaque diz respeito à capacitação prévia dos participantes sobre os temas que serão debatidos e que passarão a concepção dos projetos. Para isso, fará parte da estratégia:

- Organização e realização de um conjunto de oficinas voltadas para o conteúdo que serão instrumentalizados durante o desenvolvimento dos projetos. Serão ministradas oficinas, visitas técnicas e outras formas de atividades que forem indicadas ou percebidas como adequadas no contato com a comunidade. Dentre os conteúdos que podem ser abordados, citam-se: áreas de preservação ambiental, áreas de risco, legislação urbanísticas, instrumentos de uso e posse de terra, possibilidade de autoconstrução e autogestão das intervenções. Tal metodologia busca, mais uma vez, diminuir a assimetria informacional entre a população e a equipe técnica que estará envolvida no

desenvolvimento do projeto;

- Desenvolvimento de metodologia de discussão e definição do projeto usando ferramentas como o urbanismo tático e similares que tragam materialidade da discussão dos espaços a serem desenvolvidos, tendo a questão do vínculo territorial como guia para apropriação e manutenção dos mesmos.

Aqui serão também discutidos os planos de comunicação e de informação durante as intervenções, o plano de educação ambiental e patrimonial e o plano de ações de desenvolvimento econômico, a partir de diagnósticos a serem desenvolvidos com a própria comunidade.

Quanto às ações previstas para o desenvolvimento econômico, será utilizada como diretriz a vinculação de ações entre tal eixo e a própria execução das intervenções. A título de exemplo, faria parte do escopo desse eixo o desenvolvimento de cursos que tenham caráter profissionalizante e cujos participantes possam atuar nas intervenções locais.

Nesses casos a contratação pode ocorrer através da empresa executora das obras ou, ainda, através de ações de melhorias habitacionais de seus domicílios, como se pretende, por exemplo, com o oferecimento de cursos de muros de contenção, que, conjugados com ações de assistência técnica, podem conferir segurança habitacional.

A fase pré-obra também será o tempo de consolidação, desenvolvimento e início da implementação do Plano de Ação de Reassentamento, tratado no Marco da Política de Reassentamento, (relativa à NAS 5). Corresponde, igualmente, à fase de elaboração e discussão com a comunidade dos planos de comunicação, de educação ambiental, desenvolvimento econômico e

⁷ Os potenciais de mobilização e consolidação de grupos podem ser objetivos a partir do levantamento de interesses durante o cadastro

dos ocupantes, previsto para início do ano de 2021.

de aplicação dos instrumentos de pesquisa para definição do marco zero.

B. Tempo de execução das obras

Corresponde à fase de execução física das intervenções e conclusão da implementação do Plano de Ação de Reassentamento.

Nesse tempo ocorre a implementação das ações de comunicação sobre a obra, suas etapas e seu cronograma, bem como os planos de educação ambiental e de desenvolvimento econômico.

C. Tempo pós-obra

Esse tempo corresponde à fase de ações sociais de apropriação do espaço após as intervenções.

Nesse período são concluídas as ações de comunicação, educação ambiental e

desenvolvimento econômico. Também ocorre a aplicação dos instrumentos de pesquisa para aferição dos benefícios alcançados com a execução e com o processo.

Especificamente para o Componente 2, é previsto também que, na fase pós obra, seja fortalecida a gestão social do território, com ações de incentivo e capacitação às lideranças (existentes e criadas no âmbito do engajamento comunitário desenvolvido ao longo do processo), para um processo autônomo de construção da gestão da ocupação e de organização do território.

Com tais princípios, às ações do plano de engajamento podem ser compatibilizadas nos tempos do Programa conforme indicado no quadro seguinte.

Tabela 5: Quadro síntese das ações de engajamento previstas para o Componente 2

TEMPOS	EIXO DE AÇÃO	AÇÃO PROPOSTA	MEIOS PREVISTOS PARA A REALIZAÇÃO DAS AÇÕES PROPOSTAS
Pré-obra	Mobilização e comunicação.	<p>Ações de mobilização dos atores sociais já existentes;</p> <p>Levantamento de outros atores sociais relevantes;</p> <p>Ações de incentivo à criação de novos atores e grupos sociais, inclusive grupos setoriais que possam ampliar a capacidade de participação e de escuta com atenção especial à criação de grupos representativos das questões de gênero (grupos de mulheres, jovens, etc.);</p> <p>Capacitação de lideranças sobre temas relacionados ao projeto urbanístico;</p> <p>Discussão e desenvolvimento participativo do projeto de intervenção urbanística;</p> <p>Elaboração participativa do plano de educação ambiental e patrimonial;</p> <p>Elaboração participativa do Programa.</p>	<p>Diagnóstico/levantamento de lideranças e de grupos sociais atuantes no território;</p> <p>Percepção de potenciais participativos no território e de grupos com maior vulnerabilidade ou dificuldade de participação, para criação de grupos temáticos de participação, com linguagem e estratégias apropriadas para garantir a redução da assimetria informacional;</p> <p>Escuta da comunidade e das suas lideranças;</p> <p>Assembleias ampliadas⁸ com a comunidade local, a serem organizadas por território de abrangência de cada bacia, para informar sobre o Programa, suas fases e etapas;</p> <p>Preparação de materiais informativos (com diversidade de modelos, conteúdos e linguagens) sobre as intervenções, suas etapas e cronogramas, e principalmente sobre os canais de esclarecimentos de dúvida e de participação;</p> <p>Desenvolvimento das estratégias de comunicação, a partir do conhecimento mais aprofundado da comunidade e de suas características;</p> <p>Composição de GR do empreendimento, de forma setorial e representativa considerando os trechos de implementação de cada uma das bacias;</p> <p>Oficinas de apropriação e discussão das diretrizes do Programa;</p> <p>Abertura de canais de reclamação e de solicitação de informações, especialmente o escritório local da intervenção, com equipe social e física dedicada ao recebimento de dúvidas e repasse de informações, facilitando o acesso da comunidade local às informações sobre a obra;</p> <p>Oficinas e cursos de introdução a conceitos a serem mobilizados durante o desenvolvimento dos projetos;</p> <p>Oficinas de urbanismo tático.</p>
Pré-obra e durante as obras	Organização social e fortalecimento comunitário.	<p>Processos de capacitação e formação das lideranças identificadas no território;</p> <p>Processo contínuo de formação, capacitação e envolvimento do GR para acompanhamento dos projetos e das intervenções;</p> <p>Processo de formação e fortalecimento de lideranças femininas.</p>	<p>Cursos, oficinas, visitas técnicas, participação nas atividades do empreendimento, inclusive reuniões sobre concepção dos projetos e reuniões de canteiro das obras.</p>
Durantes às obras	<p>Acompanhamento e gestão social da intervenção (mobilização e comunicação social);</p> <p>Educação ambiental e patrimonial;</p> <p>Desenvolvimento econômico.</p>	<p>Fluxo constante de informação sobre a intervenção e seu andamento, estratégias de minimização de seus impactos junto às comunidades diretamente afetadas.</p>	<p>Informativos diversos sobre andamento da obra e suas etapas;</p> <p>Atividades de manutenção e informação do GR;</p> <p>Fluxo constante de recebimento, registro e resposta de reclamações e queixas sobre a obra e seus impactos;</p> <p>Atividades de educação ambiental;</p> <p>Atividades de desenvolvimento econômico.</p>
Pós obra	<p>Organização social e fortalecimento comunitário;</p> <p>Educação ambiental e patrimonial;</p> <p>Desenvolvimento econômico;</p> <p>Averiguação dos indicadores.</p>	<p>Consolidação da rede de lideranças e atores sociais da intervenção;</p> <p>Ações de uso adequado dos espaços pós obra;</p> <p>Formação de redes de serviços locais.</p>	<p>Consolidação do GR como grupo de monitoramento e acompanhamento da apropriação da intervenção;</p> <p>Oficinas, cursos e ações de apropriação do espaço;</p> <p>Atividades de desenvolvimento econômico;</p> <p>Instrumentos de pesquisa quantitativa/qualitativa para aferição dos indicadores.</p>

⁸ Considerando o cronograma das intervenções, o Trabalho Social inicia-se em maio de 2021, quando será concluída a sua licitação que acompanhará o desenvolvimento dos projetos junto à comunidade local. Não é possível prever, ainda, em qual fase do isolamento social em decorrência da pandemia do Coronavírus a cidade estará, em função da perspectiva de imunização da população. Assim, ao usar aqui o termo “assembleia”, faz-se referência aos processos informativos que visam maior alcance de pessoas, com convite e incentivo à população em geral.

3.4. ESTRATÉGIA PARA INCORPORAR A VISÃO DE GRUPOS VULNERÁVEIS.

Conforme apresentado nos tópicos anteriores, ficou indicado que, em cada uma das comunidades afetadas pelas intervenções, serão desenvolvidos diagnósticos para identificar grupos e atores sociais que podem contribuir para as discussões e que precisam ser incorporados no processo participativo.

A proposta é criar grupos de vocalização a partir de temáticas específicas (mulheres, jovens, grupos ligados às questões

ambientais, etc.) e conceber mecanismos de comunicação e linguagens específicas e facilitadas, além de promover atividades de capacitação e engajamento.

Conforme mencionado nos quadros indicativos do conjunto de ações previstas para cada componente, é necessário dar destaque às ações que visam ampliar e consolidar a participação às mulheres, acoplada a mecanismos de apoio à sua participação, incluindo estrutura de cuidados para crianças durante as atividades, escuta sobre horários e dias mais apropriados para sua participação e outras facilitações possíveis.

4. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A presente seção tem por objetivo apresentar as estratégias e a metodologia que a PBH irá utilizar para dar visibilidade sobre o Programa para as partes interessadas, em momento anterior à sua avaliação pelo seu financiador, o Banco Mundial, e em prazo hábil para que as partes interessadas possam manifestar suas dúvidas, ponderações e sugestões.

Conforme indica a NAS 10⁹, o processo de divulgação deve considerar os parâmetros abaixo descritos:

“O Mutuário proporcionará às partes interessadas o acesso às seguintes informações assim que possível, antes que o Banco proceda à avaliação do projeto, e em um prazo que possibilite consultas relevantes com essas partes sobre a concepção do projeto:

(a) A finalidade, natureza e dimensão do projeto;

(b) A duração das atividades do projeto proposto;

(c) Possíveis riscos e impactos do projeto sobre as comunidades locais, e as propostas para mitigá-los, destacando os possíveis riscos e impactos que possam afetar desproporcionalmente grupos vulneráveis e desfavorecidos, bem como descrevendo as medidas diferenciadas adotadas para evitá-los e minimizá-los;

(d) O processo de envolvimento das partes interessadas proposto, que destaca as possíveis formas de participação das partes interessadas;

(e) A data e o local das reuniões de consulta pública propostas, e o processo pelo qual as reuniões serão notificadas, resumidas e divulgadas;

(f) O processo e os meios para que as queixas possam ser apresentadas e abordadas.

A informação será divulgada nos idiomas locais relevantes e de forma acessível e culturalmente apropriada, considerando as necessidades específicas dos grupos que possam ser afetados pelo projeto de forma diferencial ou desproporcional, ou as necessidades de informação específica dos grupos de populações (como deficiência, alfabetização, gênero, mobilidade, diferenças de idiomas ou acessibilidade).”

Visando cumprir as orientações da NAS-10, e considerando o cenário de isolamento social em função da pandemia do Coronavírus, apresenta-se a seguir as atividades previstas para tornar público o conteúdo do projeto para as partes interessadas de cada um dos componentes, que serão realizadas no período de 22 de janeiro de 2021 a 17 de fevereiro de 2021.

Será elaborada uma apresentação detalhada, considerando os tópicos indicados pelo Banco Mundial na transição da NAS 10 acima descritos, para realização de uma reunião inicial com os representantes das partes diretamente afetadas de cada um dos componentes. Para realização de tal reunião, a equipe da PBH envolvida com o projeto irá verificar a disponibilidade das pessoas em participar de modo remoto, e o acesso aos recursos necessários (internet, computador ou celular com possibilidade de acesso às plataformas de reuniões digitais).

A. Componente 1

- Movimento EU Vilarinho
- CBH Rio das Velhas
- NACs atuantes na região

⁹ NAS 10 - Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações. In: Banco Mundial.

Quadro Ambiental e Social. Banco Mundial: 2017, p. 99

B. Componente 2

- Lideranças das ocupações da Izidora, com representantes de cada um dos quatro territórios (Vitória, Esperança, Rosa Leão e Helena Greco)¹⁰.

Em cada componente, a reunião funcionará como ponto de partida da estratégia de divulgação, e deverá deixar claro as formas de acesso aos documentos e os mecanismos que poderão ser utilizados para envio de questões, dúvidas e comentários. O registro e o retorno das demandas serão viabilizados através de um plantão da equipe responsável por cada um dos componentes do Programa, que receberá via telefone, WhatsApp e e-mail as solicitações de esclarecimentos e fará os retornos necessários, com o devido registro de perguntas e respostas.

Depois da reunião com as partes diretamente afetadas, que são aquelas

atuantes diretamente no território das intervenções, será realizada uma reunião ampliada com o conjunto das partes interessadas dos dois componentes, incluindo todos os atores sociais que possam contribuir para o espaço de discussão que antecede o Programa, conforme abordado anteriormente neste documento.

Considerando o período de isolamento social, a reunião será realizada também de forma remota, através de plataforma digital acessível.

Os documentos que correspondem aos instrumentos de gestão ambientais e sociais do Programa serão disponibilizados na íntegra no site da PBH para consulta pública a partir de fevereiro de 2021, bem como será criado canal institucional por e-mail para as solicitações de esclarecimentos e sugestões para os quais se fará os retornos necessários, com o devido registro de perguntas e respostas.

¹⁰ A estratégia para o Componente 2 poderá ser facilitada, considerando que o CREURB já funciona como escritório social da intervenção.

5. MECANISMOS DE QUEIXA

Considerando o Trabalho Social previsto no Programa, bem como a estrutura da URBEL e PBH que estarão envolvidos no desenvolvimento das intervenções, este capítulo definirá os mecanismos de registro e resposta às reclamações que porventura ocorram durante a execução.

O Trabalho Técnico Social a ser desenvolvido durante o Programa tem por objetivo a abertura e postura diárias para estabelecer uma relação dialógica e de construção com as comunidades.

Nessa direção, cabe destacar primeiramente que a equipe social tem como diretriz de trabalho escutar a comunidade em geral, assim como as demandas específicas de cada morador. Essa postura de escuta e diálogo se concretiza nas abordagens sociais realizadas em campo (ou seja, no trecho de obra, na comunidade), nas reuniões e assembleias realizadas periodicamente e também nas entrevistas/atendimentos de moradores no escritório social.

Sempre que necessário ou mesmo demandado pela comunidade ou beneficiário, a equipe urbanística também está disponível para esclarecer dúvidas, encaminhar demandas, verificar a possibilidade de alterações no escopo de alguma intervenção.

O escritório social tem essa função precípua de abrigar as equipes técnicas no território da intervenção, de trabalhar em conjunto e de estar disponível para o atendimento da comunidade. O espaço físico para a implantação do escritório é escolhido tendo em vista um acesso fácil para a população, estabelecendo de um amplo horário de atendimento (8 horas diárias para atendimento presencial e por telefone). Destaca-se tal atuação de proximidade no território pois a presença e diálogo constante das equipes são instrumentos importantes de minimização das queixas e reclamações.

O escritório social / CREURB é, portanto, um espaço para o atendimento da comunidade (sala de atendimentos), onde também são disponibilizados formulários para o registro de demandas, queixas e reclamações da população. Mais especificamente, o Formulário de Registro de Demandas serve para registrar por escrito alguma demanda do morador em relação à intervenção, ao processo de remoção, às unidades habitacionais. O fluxo de tratamento da demanda será o recebimento pela equipe técnica do escritório, e dará o encaminhamento necessário às coordenações social e/ou urbanística. A depender do grau de complexidade da demanda ou da queixa, às estruturas superiores da URBEL e dos outros órgãos serão acionados para resposta e manifestação.

A coordenação do escritório social deverá criar mecanismos de gerenciamento da tramitação das demandas, para o retorno ao solicitante no prazo de até 7 dias, por escrito ou através de atendimento no escritório social, que será devidamente registrado.

É importante relatar que, em função da importância das intervenções a serem executadas e da sua interface com a cidade (ou mesmo Região Metropolitana), e os diversos atores que a compõe, a URBEL/PBH também dispõe de canais de diálogo e equacionamento de demandas voltados para a população em geral e instituições públicas ou privadas.

Assim, demandas e reclamações podem ser abertas pela população em geral via a Ouvidoria da PBH, a quais estabelece interface pelo Portal da PBH, Central de Atendimento 156 e a Central BH Resolve. Esses canais registram a demanda e encaminham para os responsáveis, seja do social ou da obra, de modo que, em tempo médio de 7 a 10 dias, o demandante obtenha resposta substanciada do seu questionamento/reclamação.

Por último, há, ainda, o canal de registro de demandas e atendimentos, presente também no Portal da PBH por meio da Lei de Acesso à Informação (Sistema TAG da PBH). Esse canal atende prioritariamente, no prazo de 7 a 10 dias, demandas de parlamentares, cidadãos que, geralmente, buscam informação qualificada acerca de projetos,

planos e estudos técnicos produzidos no âmbito da PBH.

Considerando a cadeia de atendimento e de órgãos envolvidos no projeto, pode-se indicar o fluxo de registro e encaminhamento das demandas, conforme figura abaixo.

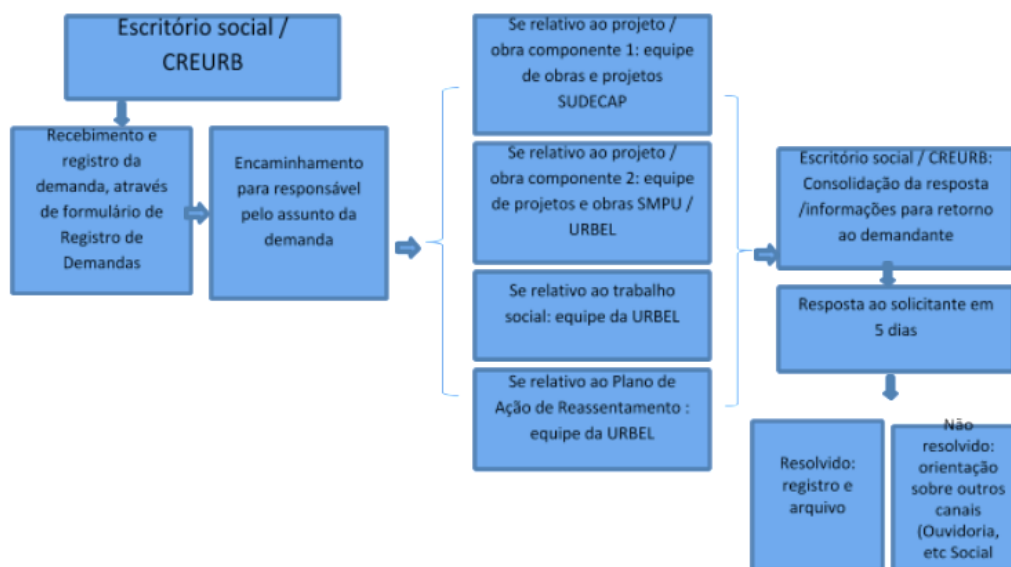


Figura 5: Fluxo de atendimento para registro de queixas/dúvidas

A equipe social será coordenada por funcionários do quadro permanente da URBEL, garantindo que o trabalho seja desenvolvido em consonância com as diretrizes de trabalho da Política Municipal de Habitação, e com alinhamento com as equipes de execução de obras. Assim, o desenho de direcionamentos de queixas e reclamações deve seguir a estrutura hierárquica abaixo indicada:

- Equipe do escritório social;
- Coordenador social;
- Equipe responsável pela gestão dos projetos/obras, e sua estrutura administrativa na SUDECAP;
- Assessoria de Trabalho Técnico Social (responsável pelas orientações e procedimentos sociais);
- Diretorias e Presidência da URBEL.

6. RECURSOS E RESPONSABILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

Os recursos necessários à implementação do Plano de Engajamento das Partes Interessadas estão previstos nos quadros de

composição dos investimentos para os dois componentes, conforme abaixo indicado.

Tabela 6: Quadro de composição de investimentos do Programa com destaque para os recursos a serem investidos em reassentamento e Trabalho Social

QUADRO DE COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO - Social – dezembro 2020						
	Financiamento		Contrapartida		Investimento	
	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$
Componente 1: Otimização do Sistema de Macro e Microdrenagem da Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Isidoro						
Trabalho Social e engajamento comunitário	11.848.482,98	2.369.696,60	2.151.517,02	430.303,40	14.000.000,00	2.800.000,00
Componente 2: Estruturação do Território e Urbanização de Assentamentos Precários na Região da Izidora						
Trabalho Social e engajamento comunitário	14.700.000,00	2.940.000,00	0	0	14.700.000,00	2.940.000,00
TOTAL PROGRAMA	671.919.999,96	134.383.999,99	168.000.000,04	33.600.000,01	839.920.000,00	168.000.000,00

A responsabilidade da implementação do acompanhamento social está assim distribuída:

A. Componente 1:

Trabalho Social será coordenado pela URBEL, com participação/apoio da equipe de obras e de Projetos da SUDECAP

B. Componente 2:

O Trabalho Social será coordenado pela URBEL em parceria com a SMPU, através da equipe do CREURB.

7. MONITORAMENTO E PREPARAÇÃO DE RELATÓRIOS

Antecedendo o início das obras previstas pelo Programa, será realizado o diagnóstico ex-ante (ou marco zero da intervenção), que constitui em uma avaliação e caracterização das condições de vida da população beneficiária, anteriormente à efetiva reestruturação urbanística.

Por constituir-se como um “retrato” da comunidade antes da intervenção, possibilita no curto e médio prazo monitorar o seu desenvolvimento e, no futuro, avaliar os impactos e resultados obtidos com as intervenções.

Geralmente, o diagnóstico ex-ante trabalha com dois públicos distintos: as famílias atingidas pelo processo de remoção e as famílias residentes na área de influência da intervenção, mas que não foram deslocadas de suas moradias. A metodologia de aplicação da pesquisa “ex-ante” envolve:

- Cálculo de amostra e aplicação de questionários nos dois públicos. Para os imóveis atingidos por deslocamento involuntário será definida amostra estratificada, devendo compreender representação de todas as categorias (residentes e proprietários, inquilinos, comerciantes, etc.);
- Utilização de métodos qualitativos, envolvendo entrevistas estruturadas, grupos focais com lideranças comunitárias e demais pessoas caracterizadas como grupos de interesse. Busca-se captar expectativas e percepções sobre o que podem alcançar as comunidades com a execução das obras.

A pesquisa ex-post, realizada após a conclusão das obras e de todo o processo de realocação de famílias, é realizada com metodologia similar àquela adotada na ex-ante e permitirá elencar as alterações socioeconômicas e urbanísticas advindas da

intervenção, tendo em vista as metas e objetivos acordados.

Vale destacar que o detalhamento dos indicadores a serem monitorados durante todo o Programa ainda será desenvolvido. No entanto, considerando as diretrizes do presente Plano de Engajamento, serão alvo de monitoramento os indicadores, entre outros:

- Alcance de participação das atividades informativas sobre o Programa;
- Alcance das atividades de ampliação da participação e de formação de novas lideranças nos processos informativos do Programa;
- Nível de conhecimento e participação das pessoas nas diversas atividades de informação e de definições do Programa;
- Número de participantes das atividades de desenvolvimento econômico e geração de renda e se os processos formativos efetivamente contribuíram com incremento da renda familiar;
- Percepção de sensação de segurança antes e após intervenções;
- Percepção de qualidade de vida antes e após as intervenções.

Considerando o alinhamento do Programa com as diretrizes do Banco Mundial para ações voltadas à equidade de gênero, o monitoramento dos indicadores será realizado com atenção também para o quanto às ações do Programa contribuem para empoderamento das mulheres da região atendida, seja com a consolidação e ampliação da participação delas, seja com as ações de desenvolvimento econômico que possam, efetivamente, contribuir com melhoria de suas condições sociais e econômicas.

Assim, os indicadores aqui apontados, e aqueles demais que serão desenvolvidos, serão verificados também considerando o componente de gênero, auferindo os índices de mulheres participantes/beneficiadas.

O acompanhamento da execução dos empreendimentos passará constantemente

por consulta, fluxo de informações e participação direta da comunidade, que poderá compreender o cronograma, os impedimentos ou atrasos no seu cumprimento, as estratégias para avanços e as demais definições durante a condução das obras e dos projetos.



PREFEITURA BELO HORIZONTE

GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA